

SESSÕES DO PLENÁRIO

3º Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIANA BOAVENTURA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. FERREIRA OTTOMAR *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(A Sr^a 1ª Secretária *ad hoc*, deputada Eliana Boaventura, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Arthur Oliveira Maia, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 10 e 11/12/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato

parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pequeno Expediente.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:-Sr. Presidente, meus colegas deputados presentes aqui na Assembleia Legislativa, estamos retornando do recesso do Carnaval, que foi um momento importante para toda a sociedade. Mas eu gostaria de comentar, aqui, sobre a reunião do comitê estadual do nosso partido, realizada nesse final de semana no Hotel da Bahia, onde nós fizemos uma avaliação da situação estadual, nacional e internacional. E na análise que fizemos verificamos que este ano tem uma importância muito grande para todos nós.

Nós nos reunimos em um momento de grande importância para toda a sociedade, momento de uma crise internacional sem precedentes, de preparação para o grande embate de 2010 e de reafirmação do nosso partido, o Partido Comunista de Brasil, que saiu dessas eleições municipais fortalecido com a eleição de 18 prefeitos, 18 vice-prefeitos, 150 vereadores. Nosso partido elegeu o prefeito da 4ª maior cidade do Estado da Bahia em população, Juazeiro, que neste momento está tendo uma excelente administração. Sem dúvida nenhuma, Juazeiro será uma grande referência estadual e também nacional.

Nosso partido discutiu a participação desse processo eleitoral, lançando 3 candidaturas a deputado estadual. A nossa meta é eleger 3 deputados federais: deputado Daniel Almeida, deputada Alice Portugal e deputado Edson Pimenta, o qual será candidato a deputado federal.

Lançaremos uma chapa bastante ampla de deputados estaduais, sem dúvida nenhuma, a nossa meta é ampliar a nossa Bancada aqui na Assembleia Legislativa, hoje formada pelos deputados: Edson Pimenta, Javier Alfaya e eu próprio. A nossa meta é ampliar a nossa Bancada para poder ajudar o governo progressista, popular do governador Jaques Wagner. Portanto, esse é o nosso desafio.

Nós entendemos que para a chapa majoritária existem 4 vagas, apenas uma candidatura já está definida, que é a do nosso governador Jaques Wagner à reeleição. As outras ainda serão discutidas.

E o PCdoB, um partido fundado em 1922 que mantém a sua coerência, que está presente em 364 cidades baianas e elegeu 18 prefeitos e 18 vice-prefeitos na última eleição, com o seu cacife, o seu peso e a sua importância histórica, tem a legitimidade para reivindicar uma vaga para concorrer ao Senado. E o nome que indicaremos já está definido pelo nosso Comitê Estadual: Haroldo Lima, ex-deputado federal e atual diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo...

O Sr. Presidente (Reinaldo Braga):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O PCdoB apresentará apenas um nome, repito,

Haroldo Lima, ex-deputado federal e atual diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Reinaldo Braga):- Com a palavra o segundo orador inscrito, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, troquei o horário com ele.

O Sr. Presidente (Reinaldo Braga):- Então com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

Antes, registro a presença do deputado federal José Carlos Araújo.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Inicialmente, gostaria de agradecer a gentileza do deputado Pedro Alcântara.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Eliana, o deputado Álvaro Gomes acabou de iniciar a campanha de 2010. Vou até me lançar logo à outra vaga ao Senado, deputado João Carlos.

E agora, Srs. Deputados, caro Líder Heraldo, chamo a atenção para um assunto que considero, deputados João Carlos e Gilberto, da maior gravidade. Tenho notado nesta Casa – tive o dissabor de perder um irmão que era parlamentar aqui – um certo afastamento em relação a alguns casos que mereciam uma maior atenção e uma maior cobrança.

Eu me pronunciei aqui, em 2007, quando mataram barbaramente, Srs. Deputados, o ex-deputado Maurício Cotrim. E ontem, se não bastasse terem tirado a vida de um ex-deputado – eu não o conhecia, mas acho que esta Casa tem a obrigação de cobrar para que os responsáveis sejam identificados –, mataram a esposa dele. Isso é um absurdo!

Sei que o governador está atento ao problema, mas mesmo assim pedi a tenção do secretário da Segurança, pois não é possível que a polícia não tenha competência para colocar na cadeia esses assassinos, que estão matando abertamente e não acontece nada a eles. Estou falando desse crime que vitimou um ex-deputado – embora saibamos que existem milhares de outros casos – por se tratar ex-membro deste Parlamento.

Ele foi morto barbaramente em uma rua de Teixeira de Freitas, município que não conheço. E ontem mataram a viúva dele, e vai ficar por isso mesmo. Isso não é possível, caro Líder Waldenor, e acredito que esta Casa deveria ser mais solidária e cobrar mais do secretário da Segurança Pública uma medida urgente, deputado Pedro Alcântara. Não é possível que as coisas continuem assim. Sabemos perfeitamente que não é um caso isolado, é um problema grave o qual vemos todos os dias.

Hoje mesmo, assisti no Jornal da Manhã, ao caso de um casal cuja filha de três anos foi estuprada em Trancoso. O delegado deu uma entrevista, sem saber que estava sendo gravada, dizendo que não tinha nada a fazer, que isso ocorria constantemente e era normal. Depois que a televisão mostrou..., ele desdisse tudo e começou a adotar as providências. Três anos, e um marginal desse porte ainda vai para a cadeia! Nesse caso, pelo menos, já se tem conhecimento de que foi um caseiro.

Pegar uma criança de três anos! Acredito que ninguém é favorável à pena de morte, mas, pessoalmente, acho que, com um marginal desse quilate, se deveria fazer como na China: meter-lhe uma bala na testa e mandar a filha pagar a bala. Não é possível vermos esses casos ocorrerem, sucessivamente, no Brasil inteiro. Para nossa vergonha foi na Bahia esse último caso, que os jornais e emissoras de televisão estão noticiando.

Acredito, Srs. Deputados, deputado Heraldo, presidente da Comissão de Segurança, que devemos cobrar uma posição da Secretaria da Segurança para que se desvende esse crime monstruoso do qual foi vítima a esposa de um ex-deputado, que também foi assassinado barbaramente. Passamos, infelizmente, por esse dissabor, e, se a nossa família não tivesse feito nada, deputado Mizael, teria ocorrido o mesmo com meu saudoso irmão Herculano Menezes, ex-deputado desta Casa. É uma vergonha que esses fatos ocorram e não se tenha uma resposta. Segundo os jornais, já morreram cinco só nesse caso do ex-deputado Maurício Cotrim. É cigano envolvido, é empresário, são políticos. Temos que pôr na cadeia os responsáveis para que isso não continue a ocorrer.

Para encerrar meu tempo, gostaria de parabenizar o deputado Heraldo e dizer que vou me pronunciar, no Grande Expediente, sobre a idéia da audiência pública sobre o carnaval da Bahia, a festa mais importante do nosso Estado, que está se transformando em um sambódromo. É camarote de um lado, camarote do outro, o povo espremido entre esses camarotes e as cordas dos blocos, sem condições nem de andar, e os principais blocos se enchendo de dinheiro.

O governo, o governador e os responsáveis pela festa têm de obrigar os grandes blocos a desfilarem no Campo Grande. Acredito que nessa audiência pública, que tão bem sugerida pelo deputado Heraldo, vai se discutir o assunto e obrigar os grandes blocos, que estão ganhando bilhões, a desfilarem no circuito tradicional do Campo Grande, sob pena de este se acabar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, um dos assuntos de que vamos tratar, embora nosso tempo no Pequeno Expediente seja muito curto, diz respeito aos assassinatos em série que estão ocorrendo no Sul do nosso Estado.

O deputado Maurício Cotrim foi meu colega nesta Casa, e, infelizmente, na época do seu bárbaro assassinato, cuja motivação real está ainda sem explicação para a sociedade, suspeitas foram jogadas, mas a realidade ainda não veio à tona para a sociedade baiana, a sociedade brasileira. Estávamos fora desta Casa, mas nos solidarizamos com a família dele. Espero que esse tema seja também a tônica do pronunciamento dos deputado daquela região, porque não dá mais para tolerar. Primeiro, foi o deputado, agora a esposa dele é vítima de um crime bárbaro na frente

das filhas dela. É necessário que os responsáveis pela segurança pública, em nosso Estado, venham realmente trazer uma justificativa muito forte, deputado Waldenor, com relação a esse crime.

A outra questão é que chegou a meu gabinete, infelizmente, apenas hoje, o convite para a reunião da Unale, entidade da qual somos fundadores, pois somos oriundos da UPI, antiga União Parlamentar Estadual.

Hoje, teremos na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, o encontro nacional da nossa Unale – União Nacional das Assembléias Legislativas de nosso País -, cujo tema principal é “Transposição das Águas do Rio São Francisco”. Servirá de palanque para alguém. Por que não escolheram a Bahia? Por que não escolheram Minas, Alagoas ou Sergipe para um tema de uma importância fundamental como esse?

Escolheram em primeiro lugar o receptor das águas do Rio São Francisco. Quando se quer fazer doação se busca primeiro o doador. É a naturalidade das coisas. É racional, sequencial. Então, se escolheu um Estado a ser beneficiado por essa obra que o futuro vai dizer se está certa, e nós deveremos fazer parte da Comissão Especial do São Francisco doravante. Vou me autoindicar para essa comissão e fazer voltar esse debate da transposição do Rio São Francisco aqui para a Bahia, Minas, Sergipe. Não vamos nos furtar de debater. Vou tentar me programar para ir a essa reunião da Unale, mostrar a minha posição contrária a esse projeto, que é ruim para o Brasil, ruim para o Nordeste, péssimo para a Bahia, especialmente para a minha região.

Eu só quero fazer uma pergunta para calar o Brasil. Eu nasci em Campo Alegre de Lourdes, que fica na Bacia do São Francisco, uma população de mais de 30 mil habitantes. Lá se bebe água de carro-pipa. Qual a justificativa que se tem para levar água a milhares de quilômetros a custo de bilhões de reais? O PMDB é suspeito hoje – e não me refiro à bancada baiana –, segundo Jarbas Vasconcelos, para tocar projetos dessa monta. É suspeito, está nas revistas, é a grande discussão do Brasil hoje. Não foi levantada por mim a suspeição. Foi levantada pelo senador Jarbas, fundador do partido, ex-prefeito de Recife por duas vezes, ex- governador duas vezes, e o homem que tem seriedade e dignidade para levantar problemas como esse. Quem vai responder sobre bilhões que estão sendo investidos na Bacia do Rio São Francisco? Isso está sob suspeita. Vão criar até uma comissão anticorrupção. E é importante também que se crie aqui nesta Casa. Seria importante até que o projeto servisse para a Bahia.

É importante esta pergunta que eu deixo para a Bahia e deixo para o Brasil. Vamos acompanhar de perto, de muito perto, esse projeto. Nós vamos pedir ao atual presidente da Comissão Especial do São Francisco que façamos uma visita para ver a revitalização do rio, para ver como está o projeto de transposição, quanto já se investiu, o que já foi feito. Isso é importante, deputado Waldenor. Muito importante. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos. Não está na nossa agenda porque só hoje tomamos conhecimento da reunião da Unale. A Unale não é responsável, talvez a minha assessoria, por me ter passado só hoje esse debate, que vai ser um grande palanque. O projeto de transposição do Rio São Francisco às custas do sofrimento e

do dinheiro de muita gente honesta que há neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radioouvintes da *Rádio Oposição*, quero concordar com V.Ex^a, nobre deputado Pedro Alcântara, em gênero, número e grau. Quero dizer que aprendi nesta Casa a defender esse rio da integração nacional que é o Rio São Francisco.

Foi lembrada pelo deputado Adolfo a audiência pública que solicitamos – terminamos de assinar o requerimento – a respeito do Carnaval da Bahia.

Conversando com diversos amigos que participam do carnaval, seja no setor de turismo, da hotelaria ou de empreendimentos, vi que há uma grande preocupação por parte de todos os segmentos que militam no carnaval da Bahia a respeito de seu futuro.

Qual é o futuro do carnaval da Bahia?

Não vamos discutir aqui se estão roubando, se vão deixar de roubar. O que vamos discutir é o tema. E iremos discutir com profundidade, trazendo diversos técnicos.

Há pouco conversava com o nobre deputado João Carlos Bacelar, que é um homem que conhece o assunto e tem várias relações com o segmento, para que pudéssemos fazer um debate profundo, em que pudéssemos discutir se estão sendo preservados a cultura, o aspecto étnico que vivemos em nosso carnaval, a característica do carnaval da Bahia, que não tem igual no mundo; e se estão medindo o impacto socioeconômico e ambiental desse carnaval.

Só se fala em segurança pública. Ouvi, não sei quem foi, dizer o seguinte: que se o governo fizesse a segurança pública como fez no carnaval, não estaríamos tendo o aumento da criminalidade e da violência na capital e no interior.

Vejam que há pouco foi denunciada mais uma barbárie: a esposa do ex-deputado Maurício Cotrim, nosso ex-colega nesta Casa e que foi assassinado no ano passado, ao sair com suas filhas de uma pizzaria em Teixeira de Freitas foi barbaramente assassinada.

O governo tem que se manifestar. O governo não pode ficar omissos em relação a mais essa barbárie. A esposa do ex-deputado Maurício Cotrim foi assassinada barbaramente na porta de uma pizzaria. Para onde vamos nós? A que ponto chegamos! Estamos virando reféns da bandidagem, do narcotráfico.

E vem o carnaval e querem tapar o sol com a peneira. Um carnaval que se limita, hoje, aos grandes camarotes para as estrelas, as socialites, onde o povo não brinca, pois não existe espaço entre os camarotes para se brincar.

Concluindo, Sr. Presidente.

Ontem, vi um debate no *Bahia Revista* com Carlinhos Brown, Daniela Mercury, Margareth Menezes, Wanda Chase, “Marrom” e outros jornalistas a respeito do carnaval da Bahia.

Temos que repensar o carnaval da Bahia, que não pode continuar com essa estrutura.

Não é criar CPI, é discutir o que fazer e como poderemos preservar o carnaval da Bahia, que é o carnaval do povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado, ex-presidente desta Casa, líder maior do Município de Vitória da Conquista e região, Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a esta tribuna, apesar de os deputados já terem recebido o convite oficial para participar, nos dias 5 e 6, em Natal, Rio Grande do Norte, do seminário regional, seminários esses que são feitos pela Unale – União Nacional dos Legislativos Estaduais -, da qual tenho a honra de ser o 1º vice-presidente, em todo o País.

Já discutimos nas regiões Norte e Centro-Oeste sobre reserva legal, meio ambiente; estaremos discutindo nos dias 5 e 6 no Rio Grande do Norte, cujo tema principal é Transposição do Rio São Francisco, mas também com outras discussões como geração e distribuição de energia, muito propícia neste momento, porque se fala que virá para o Nordeste cerca de três centrais nucleares para os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, talvez Pernambuco, e é preciso que se discuta a instalação dessas centrais nucleares no Nordeste; além de discutir também as políticas públicas para a juventude. Portanto o tema é bastante amplo.

Aqui ouvimos o deputado Pedro Alcântara, e discordo quando ele diz que é colocar palanque para alguém, porque na palestra principal da discussão sobre a transposição terá uma exposição do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que é o ministério que está tocando a obra de transposição do São Francisco.

A questão da realização ser em Natal, no Rio Grande do Norte, foi uma solicitação daqueles estados do Nordeste, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, para que se fizesse essa discussão em Natal. A Unale representa todas as 27 Assembléias Legislativas do país, todos os 27 Estados. Então a Unale não defende bandeiras específicas de cada Estado, apenas está-se discutindo um tema lá em Natal, terá uma exposição do ministro Geddel, assim como terão outros expositores que têm posições contrárias à transposição do São Francisco, como sabemos a posição contrária de alguns políticos da Bahia.

O governador Jaques Wagner antes de iniciar as obras de transposição do São Francisco e de ser governador era contra a transposição. Depois que começaram as obras do São Francisco, depois que ele virou governador, ele nunca mais falou sobre a transposição. Então essa é uma questão de momento às vezes.

Todos os Estados estarão lá participando, como a Bahia, os deputados da

Bahia, os deputados de Sergipe que também têm uma posição contrária, de todos os Estados. É um momento de se expor as idéias, de discutir, de apresentar sugestões, o projeto já iniciou, e pode-se cobrar políticas compensatórias à transposição, como a revitalização do rio, a questão do saneamento, das cidades ribeirinhas, e serão colocados diversos pontos de vista nessa discussão que haverá em Natal, Rio Grande do Norte.

Portanto, conclamo a todos a participarem, é importante o debate, são importantes as idéias, seja a favor ou contra, para que exatamente se formem opiniões e se deem sugestões para que se possa ter as políticas compensatórias. A obra pelo que está hoje é irreversível, ou seja, já iniciou, ...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) para concluir, Sr. Presidente, para que se busquem as políticas compensatórias. Nos dias 5 e 6 haverá essa discussão em Natal e no dia 9 também terá uma discussão em Fortaleza, no Parlamento Nordestino, sobre a crise econômica mundial. Uma exposição do presidente do Ipea, a crise econômica mundial e suas repercussões no Nordeste. Portanto, convido a todos os parlamentares desta Casa, que já receberam os convites, para que participem dessa discussão em Natal, Rio Grande do Norte, nos dias 5 e 6, de um seminário regional da Unale – União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o 6º orador inscrito, nobre deputado João Carlos Bacelar, uma das maiores lideranças políticas da capital do nosso Estado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas Eliana Boaventura e Fátima Nunes, Srs. Deputados, segundo anúncio do secretário da Educação, o ano letivo começaria hoje. As aulas deveriam ter sido iniciadas no dia 2 de fevereiro. Neste dia, várias escolas da rede particular já estavam funcionando, e mesmo unidades da rede pública, a exemplo do Colégio do Exército, da rede pública do município de Salvador, do município de Mata de São João. Se as aulas começarem, deputado Heraldo Rocha, dia 9 de março, não atingiremos os 200 dias letivos. E o Sr. Secretário anunciou que elas começariam no dia 2 de março. Isso implicaria em mais um ano perdido para os estudantes baianos.

Pois bem, hoje, em diversas unidades escolares do Estado, as aulas não foram iniciadas, e os diretores avisaram, deputado Luiz de Deus, que só começarão em 1º de abril – 1º de abril! É o 1º de abril do governador Wagner, com o filho do trabalhador!

Não há educação pública estadual na Bahia. O desgoverno de Wagner tomou conta da Secretaria da Educação. E não vamos estranhar. O governador é bom de palanque. O governador é bom de discurso, mas as atividades administrativas o governador não encara, não leva a sério. É um governo que fala da redução das desigualdades sociais. Como? Apenas no discurso, porque o instrumento maior para o aumentos dessas desigualdades sociais é uma educação pública de péssima qualidade.

A educação pública no governo Wagner não é nem de péssima qualidade, porque ela não existe. O processo educacional na Bahia não existe.

Convido o nobre Líder, deputado Waldenor: vamos visitar, deputado, qualquer unidade da rede pública estadual, hoje, e V.Ex^a não encontrará aula. É um grave problema. Infelizmente isso não é preocupação para o governador, para os deputados, para a imprensa e muito menos para a sociedade. As escolas públicas na Bahia, hoje, não valem nada. Se forem fechadas, não fazem falta, porque não ensinam, porque não há processo algum da educação neste Estado.

A Bahia sempre ostentou índices ruins na área da educação, mas com o governo do PT, com o governo de Wagner esses índices pioraram! Há um retrocesso muito grande na educação da Bahia, deputado Luiz de Deus. Não existe aula. Raras as escolas públicas que hoje estão em condições, deputado Heraldo Rocha, de oferecerem aulas aos alunos. E como é que esse governo quer reduzir a desigualdade? Como é que esse governo quer fazer uma revolução nos índices sociais do Estado, se aprofundam as desigualdades sociais? Um governo que apresenta como grande inovação um programa de alfabetização para quem já está na idade de sair do sistema e não para quem está entrando. O governador Wagner disse dessa tribuna que o seu governo alfabetizou vinte pessoas com mais de 90 anos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Parabéns, governador, parabéns. O governo de V.Ex^a é responsável pelo analfabetismo de milhares e milhares de jovens baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o sétimo orador inscrito do pequeno expediente, o nobre deputado e líder da *terra do sol*, meu querido amigo Euclides Fernandes. Antes, convido o nobre deputado Misael Neto para que possa substituir a deputada Eliana Boaventura. Aliás, convido a deputada Maria Luiza Laudano, que acabou de chegar, para substituir a deputada Eliana Boaventura que, de forma gentil, substituiu hoje o 2º Secretário.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente deputado Rogério Andrade, Srs. Deputados, um dos pilares da democracia, não há dúvida, de que é um Poder Judiciário eficiente, distribuindo a justiça para todos. Nessas primeiras semanas de março temos o centenário da implantação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, a situação do nosso Poder Judiciário no Estado da Bahia é calamitosa, precária; agora mesmo a comarca de Jequié, a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, em manifestação pública realizada às 10 horas da manhã de hoje, anunciou a paralisação por parte dos advogados da região de Jequié, em sinal de protesto contra o mal funcionamento da comarca. Sr. Presidente, é falta de juizes, de serventuários da Justiça, falta de recursos materiais suficientes para o bom desempenho da comarca de Jequié.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa de leis dotou o Poder Judiciário de uma nova lei de organização da Magistratura, uma nova LOJ. Infelizmente, a nossa presidente do Tribunal de Justiça vai de maneira lenta executando essa nova lei.

Mas, Sr. Presidente, passarei a ler o manifesto da subseção do município de Jequié, onde os advogados paralisaram as suas atividades em protesto pela situação precária em que se encontra aquela Comarca.

(Lê): *“A Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Jequié, órgão representativo dos advogados militantes nesta Comarca, cansada de pleitar melhorias no funcionamento dos serviços judiciários locais, sem obter respostas ou resultados do Tribunal de Justiça do Estado, resolve vir de público levar ao conhecimento da população as seguintes situações:*

A Comarca de Jequié dispõe de apenas três Varas Cíveis e uma Vara Crime para atender a uma população de aproximadamente 200.000 (duzentos mil) habitantes, sendo que a Vara Crime encontra-se sem juiz titular há praticamente dois anos.”

Observem, Srs. Deputados, em Jequié, que temos um presídio com 630 presos, e a Lei de Organização do Judiciário contemplou a Comarca de Jequié com a Vara de Execuções Penais, que até hoje não foi instalada. Pasmem os Srs: a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia instalou, em Vitória da Conquista, que não tem um presídio, a Vara de Execuções Penais, que não tem um presídio, enquanto em Jequié...

Sr. Presidente, conto com a tolerância de V.Ex^a para concluir o manifesto.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado, o tempo de V.Ex^a está se esgotando e ainda há o nobre deputado Zé Neto para fazer o pronunciamento dele.

(O deputado Zé Neto concede o tempo dele ao deputado Euclides Fernandes.)

Deputado, pode concluir o seu pronunciamento.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Agradeço a compreensão de V.Ex^a para ler o manifesto dos advogados de Jequié, que paralisaram as suas atividades em protesto contra a situação em que se encontra aquela Comarca.

Sr. Presidente, a nova lei da magistratura baiana contempla a Comarca de Jequié com 12 Varas, tendo, hoje, apenas quatro Varas, e o que falta é agilização por parte da Sr^a presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em procurar, pelo menos, instalar as Varas mais importantes, como é o caso da Vara de Execuções Penais, pois, se houvesse agilidade da Justiça nesse sentido, 40% dos 630 detentos do presídio de Jequié estariam mais presos.

Sr. Presidente, Lê:- *“O Juizado Especial Cível e Criminal, embora com um volume de dez mil processos em andamento, nunca teve um juiz titular que agilizasse e coordenasse o seu funcionamento, agindo tão somente na dependência de disponibilidade de juizes substitutos de outras Comarcas.*

Os cartórios das serventias judiciárias não dispõem de funcionários que possam viabilizar os seus funcionamentos, pois dispõem apenas de menos de 30% do número de funcionários mínimos ao desempenho das atividades.

Na 1ª Vara Cível correm cinco mil e seiscentos processos ativos, na 2ª Vara

Cível oito mil e quinhentos processos e na 3ª Vara Cível sete mil e oitocentos processos, conforme levantamento da última inspeção de 02 a 06 do corrente mês, na Vara Crime, onde o caos é total, além dos seis mil e quinhentos processos correntes ainda há as execuções penais dos quase 600 (seiscentos) detentos do Presídio Regional de Jequié.”

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado, sinto interrompê-lo, mas, conforme o Regimento, temos a necessidade de passar para o Grande Expediente.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, concluo em razão da insistência de V.Exª em não permitir que conclua a leitura desse manifesto da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Jequié, o qual reputo de grande importância. É um protesto da sociedade baiana contra o caos, a situação precária em que se encontra o Poder Judiciário do nosso Estado, da nossa Bahia, a exemplo da Comarca de Jequié.

Lamento a falta de compreensão de V.Exª, mas concluirei em atenção a V.Exª.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Euclides Fernandes,

...

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- (...) tenha certeza de que não é falta de sensibilidade da nossa parte, regimentalmente já teríamos de ter partido para o Grande Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, há pouco conversei com os deputados Elmar e Gaban e há um tema que - acredito - sobrepõe qualquer diferença política nesta Casa.

Uma das coisas que nesses últimos dois anos aprendemos mais nesta Casa, até pela transição de poder, e o deputado Paulo Azi tem razão, é que um e outro acabam colhendo os frutos do convívio com a Oposição de quem era do governo e do governo de quem era Oposição. O denominador comum disso é que, neste instante, temos algumas obrigações que são do poder instituído da Assembléia Legislativa, uma delas, das mais importantes, Sr. Presidente, sem dúvida é a defesa da ação jurisdicional do nosso Estado.

Nós, nesta Casa, num debate que durou oito meses, entregamos ao Poder Judiciário uma lei de organização judiciária, lei essa com 315 artigos. É um dos empecilhos pelo qual o Poder Judiciário, era dito isso, para o avanço e a progressão da ação jurisdicional do nosso Estado, isso cumulado com a necessidade de ampliação de recursos, saímos de 3,48...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, queira por gentileza formular sua questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Vou fazer, cinco minutos.

(...) E aí, pegamos de 3,48 para 5,8, hoje, de repasse do Estado. À custa de

emolumentos também, hoje, na Bahia, são sem dúvida diante de outros estados suficientes para a cobertura dos gastos da ação jurisdicional, da Justiça.

Queria aqui convocar e deixar, V.Ex^a, depois da fala do deputado Euclides que é uma fala que pontua a situação de Jequié, mas não difere da situação de diversas outras comarcas do nosso Estado. A LOJ praticamente não saiu do papel, pouco se fez, neste que seria o momento de maior inovação no nosso Judiciário baiano.

O CNJ apontou a necessidade de que, na Bahia, os cartórios extrajudiciais sejam todos privatizados, para até fazer com que recursos que são repassados para o Judiciário na ordem de 1,4 a 1,6 dos 5,8 sejam designados para esse fim.

Enfim, definindo, nós desta Casa devemos agora no mês de março, aproveitando a presença do deputado Marcelo Nilo, que aliás mostrou muito empenho na aprovação da LOJ, retomar o debate com o Judiciário, com o Poder Executivo e com a sociedade aqui, porque nós, baianos, nós, poder instituído da Assembléia Legislativa, temos que responder aos reclamos sociais. Sem dúvida alguma, deputado Marcelo Nilo, é preciso discutir a Justiça da Bahia e saber qual é o apoio que podemos dar, qual é a nossa condição também de poder questionar mais profundamente os Poderes de sustentação do Estado, que são o Judiciário, o Executivo e o Legislativo.

Fica aqui, deputado Euclides, por vossa fala, e falo em nome da Comissão de Justiça em que este tema foi largamente debatido. Amanhã teremos reunião na Comissão de Justiça, vamos definir uma data, peço apoio aos deputados Gaban, Elmar, João Carlos Bacelar, Heraldo e aos demais deputados, porque aqui com certeza, o deputado Waldenor já dá apoio, tranquilamente já falou comigo agora para que marquemos um dia e façamos aqui, não sei se o será uma sessão especial, mas que a gente tenha uma definição e traga para cá, talvez até em mais dias, dividir em temas, para esta Casa um aprofundamento do debate com relação à ação jurisdicional do nosso Estado e a aplicação da LOJ, porque a LOJ não foi aplicada. Falta o quê? O que o Poder Executivo tem que fazer? O que o Poder Judiciário tem que fazer? E como o Poder Legislativo pode contribuir?

Mas este debate, este aprofundamento, temos a obrigação, nós que fizemos a lei, nós que discutimos, nós que debatemos, nós que ouvimos a sociedade, de trazer para esta Casa.

Era o encaminhamento, era a minha questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Zé Neto, V.Ex^a, aproveitando um gancho do pronunciamento do deputado Euclides, trata, mais uma vez, de um assunto que por dezenas e dezenas de vezes já usei a tribuna desta Casa para contestar, para criticar. Primeiro a forma extremamente rápida entre o espaço que o relatório que ocasionou a aprovação da LOJ foi aprovado nesta Casa. Um relatório com todo o esforço do deputado Álvaro Gomes, um relatório terminado 5 ou 6 horas da tarde e lido no Plenário no mesmo dia. Nenhum deputado desta Casa, depois de 08 ou 09 meses de debate exaustivo de audiências públicas, teve o

conhecimento do que ia ser relatado naquele momento.

E aconteceu o que, infelizmente, eu previ nos meus pronunciamentos, ficou uma LOJ sem ter o aprofundamento necessário, a discussão final necessária nesta Casa, e agora o que acontece? Vários projetos, deputado Elmar, do Judiciário, tentando remendar porque esta Casa não teve a competência necessária para fazer uma reforma da LOJ como a sociedade baiana precisava.

Então, eu acho que é oportuno, deputado Zé Neto, porque não adianta agora perguntar o que o Judiciário mais quer, porque tudo que pediram esta Casa concedeu, mesmo sem ter discussão: por duas vezes aumentamos o número de senhores desembargadores – cadê os dois aumentos de desembargadores que esta Casa aprovou, que era fundamental para a agilização dos processos judiciais? Nenhum acréscimo de desembargador foi feito. Pediram aumento do número de senhores juizes, esta Casa possibilitou o aumento do número de senhores juizes. Cadê o concurso público para colocar os juizes que esta Casa aprovou? Aumentamos, mais uma vez, os recursos para o Judiciário e a Justiça, infelizmente, está a desejar no Estado. Nada mudou, e tudo fizemos.

Então, acho mais do que oportuno fazer não só, mas V.Ex^a, deputado Zé Neto, já corrigiu, uma sessão especial, vamos dividir por temas, são vários temas que têm que ser debatidos: a OAB, o próprio serventuário da Justiça, o Ministério Público. Quando se fala muito da insegurança na região metropolitana, temos que analisar a ação da Justiça, que tem libertado com uma rapidez enorme os delinquentes que são presos pela Polícia Militar.

Então, é um debate amplo, profundo que temos que fazer, e tenho certeza absoluta, esse assunto, finalmente, terá o apoio dos 63 parlamentares, que é nossa responsabilidade, já que fizemos tudo que o Judiciário pediu aqui para a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, faço essa questão de ordem aproveitando a presença do Líder do Governo na Casa e do Líder da Oposição, porque temos o prazo regimental para indicar os membros permanentes das comissões, mas pelo noticiário do final de semana e do início da semana, é urgente a instalação da Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos. Um caso de repercussão nacional tomou conta dos noticiários e que atinge a credibilidade da Polícia baiana.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é importante que V.Ex^a tome a frente disso: o assassinato da viúva do ex-deputado Maurício Cotrim, ex-deputado que não tive a oportunidade de conhecer. Depois de ter assassinado o ex-deputado, agora, a viúva, num acinte à Segurança Pública do Estado, um acinte à Polícia. Sete testemunhas do crime já morreram. É preciso que se faça uma comissão e vá ao secretário de Segurança Pública para que isso seja tratado como prioridade. Não é possível que o banditismo e o crime de mando tome lugar neste Estado.

Depois se vê nas televisões, em especial a Globo, a violência policial no estádio de Madre de Deus, e que as cenas vistas pelo país inteiro, a Polícia baiana espancando torcedores que não estavam bebendo nem fazendo nada, as imagens por si só falam o que aconteceu no estádio de Madre de Deus.

E por último, o delegado, caro deputado Getúlio Ubiratan, que tem denunciado aqui desta tribuna a violência no Extremo Sul, de Trancoso, ao ser informado de um estupro, seguido de homicídio, de uma criança de 3 anos de idade, passou quase 1 mês sem tomar providência, sequer de instaurar o inquérito policial, apenas o fez depois de que, sendo uma filha de um neozelandês a embaixada e a Interpol entraram em contato. Três fatos absurdos que tomam conta do noticiário nacional, o que faz urgente a instalação da comissão.

E eu quero dizer que a Comissão de Segurança Pública, deputado Getúlio, V.Ex^a que faz parte dela, precisa ser uma comissão permanente, que não deixe de funcionar nem no recesso, porque esses casos precisam estar em sintonia com a sociedade. A segurança pública, reconhecida pelo Sr. Governador na sua mensagem, quando esteve aqui nesta Casa é o calcanhar de Aquiles do Estado. Ou se toma providência, ou se denuncia aqui nesta Casa para que o governo passe a agir, ou nós vamos ter a Bahia como um dos piores Estados na questão da criminalidade e da falta de segurança pública.

Por isso eu faço um apelo ao Líder do governo e ao Líder da Oposição para que indiquem logo os membros da Comissão Permanente de Segurança Pública para que essa se instale logo e assim possamos tomar conta, em especial, desses 3 casos que tomaram conta da mídia nacional nesta semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, tão logo, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 17.713/08 começou a circular nesta Casa, dois fatos me chamaram a atenção: o primeiro o porquê mudar uma estrutura de uma secretaria, que é a Secretaria da Fazenda, se essa sempre serviu de exemplo, não para a Bahia, mas nacionalmente como modelo de boa gestão; segundo, tão logo esse projeto começou a circular, me chamou também a atenção o porquê de se criar uma jurisprudência no Estado onde, se esse projeto chegar a ser aprovado aqui nesta Casa, causaria uma jurisprudência para que todos os funcionários do Estado da Bahia, sejam da administração direta, indireta ou autarquia, venham entrar na Justiça para que tenham o seu diploma reconhecido. Como por exemplo, alguém que entrou como auxiliar de serviços gerais, que por seu mérito conseguiu um diploma de engenheiro ou de advogado, pode pleitear na Justiça e teria jurisprudência para ter um enquadramento, se esse projeto chegar a ser votado e for aprovado aqui nesta Casa.

Mas, acompanhando os últimos movimentos a gente vê, deputado Paulo Azi, que a crise internacional, infelizmente, pegou também o nosso país, como não poderia ser diferente. Vejam a matéria do jornal *A Tarde*, do dia de ontem, um prefeito de uma cidade vizinha, Camaçari, Luiz Caetano, dizendo que a arrecadação caiu em R\$ 4 milhões no último mês. Mas é lógico que sim, uma crise internacional pressupõe uma gestão exemplar do secretário da Fazenda. Você não pode admitir, num momento de crise, que você não antecipe os procedimentos.

A gente vê a deputada Virgínia Hagge e o deputado Leur Lomanto preocupados, lá em Itapetinga, por exemplo, a Azaléia já fazendo férias coletivas. Vimos aqui perto a Britânia que fechou, também a Dow Química que está num processo também ameaçando demitir uma série de funcionários, a Vicunha também da mesma forma, demitindo funcionários. O que deveria fazer o gestor da Secretaria da Fazenda, se tivesse compromisso? Não dividir uma categoria, como está tentando fazer com a Secretaria da Fazenda. A quem interessa essa divisão? Ele deveria, deputado João Bacelar, antecipar, deveria ter procurado a Britânia e dizer: vamos prorrogar, porque já sabia que o prazo de concessão de benefícios estava expirando. Esperou fechar a empresa e depois ficar lamentando. Não faz nada com a Dow Química, não faz nada com a Azaléia, não faz nada com nada. Está esperando o quê? Terminarem todos os prazos de concessão de benefícios que esta Casa Legislativa aprovou?

Isso fez com que a Bahia gerasse milhares e milhares de empregos e, numa época de recessão, em que vemos secretários de todos os estados brasileiros se empenharem na geração de emprego e renda, vemos as nossas empresas fechando na Bahia e indo para Pernambuco, por falta de gestão na Secretaria da Fazenda.

E vou mais longe. Trago aqui hoje a manifestação que se tornou, inclusive, recomendação do procurador geral da Justiça do Estado da Bahia. O Ministério Público, deputado Heraldo Rocha, se manifestou contrário a esse projeto que está tramitando aqui nesta Casa legislativa e tem seu prazo de emendas previsto para encerramento dia 5. Vamos ver o que diz o Ministério Público:

Considerando que, com a promulgação da Constituição de 1988, foi banida do ordenamento jurídico brasileiro, como forma de investidura em cargo público, a ascensão funcional (ou acesso) e, dessa forma, o preenchimento dos cargos e funções da Administração Pública, fora das exceções constitucionalmente previstas, somente pode ser efetivado mediante realização de concurso público.

Considerando que, também a partir da Carta Magna, absoluta imprescindibilidade do concurso público não mais se limita a hipótese singular, da primeira investidura em cargos, funções ou empregos públicos...

Preste atenção, deputado Zé Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, onde esse projeto irá tramitar.

(...) impondo-se aos entes estatais, como regra geral de observância compulsória, a vedação à transformação de cargos e o consequente aproveitamento de seus servidores, sem concurso, inclusive as hipóteses de transformação de cargos e a transferência de servidores para outros cargos ou para categorias funcionais

diversas das iniciais, que, quando desacompanhadas da prévia realização do concurso público de provas ou de provas e títulos, constituem formas inconstitucionais de provimento no serviço público, pois implicam o ingresso do servidor em casos diversos daqueles nos quais foi ele legitimamente admitido, nas palavras de ALEXANDRE DE MORAIS, constituindo, dessa forma, clara violação constitucional para investiduras derivadas e da realização de concurso interno, por óbvia ofensa ao princípio isonômico.

Estou citando isso, deputado Zé Neto, porque V.Ex^a, agora, e também fiz um aparte nesse sentido, para que discutamos aqui na Casa a LOJ, para que tenhamos autonomia para discutir a LOJ mais uma vez. Que venhamos a discutir esse projeto que tramita no Judiciário, temos que dar o exemplo aqui na Casa, não votando projetos inconstitucionais.

Não se trata,...

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Está inscrito, deputado João Bacelar.

(...) em nenhuma hipótese, de um projeto político. A Secretaria da Fazenda, da mesma forma que a Procuradoria Geral do Estado, posso e afirmo, são espinhas dorsais de qualquer governo. Temos sim, de incentivar essas duas categorias. Tanto os procuradores quanto esta Casa já fizeram seu papel, mas precisamos evitar que um ato inconstitucional venha dividir uma categoria sem trazer, e vou voltar a este assunto outras vezes, nenhum benefício à sociedade e muito menos ao governo do Estado da Bahia. E vai mais além o Ministério Público, dizendo que, na medida, não vou ler tudo, vou deixar como lido, mas mostrando que existe também a moralidade administrativa, que tem que ser preservada.

(Lê)“(...) *na medida em que desatende o caráter isonômico e impessoal de tratamento a todo aquele que tenha a pretensão de ser investido...*”

É uma medida de moralidade administrativa contestável.

(Lê)“(...) *Considerando que os princípios da igualdade, legalidade e impessoalidade conjugam-se como elementos caracterizadores da Moralidade Administrativa, pois, como se sabe, princípios constitucionais são normas otimizáveis, no sentido de serem gradualmente aplicáveis, de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas..., consistindo a regra do concurso público em pressuposto de validade da admissão pessoal...*”

E vai mais à frente, se isso fosse feito:

(Lê)“(...) *impedindo, ainda, a concessão de privilégios corporativistas a categorias de servidores já ingressos, em detrimento da justa seleção pública e imparcial;...*”

Vai ainda mais o Ministério Público, que nesse mesmo diapasão, as Cartas da Constituição Federal no seu Art. 37, inciso II, e a Constituição do Estado da Bahia no seu Art. 14:

(Lê)“(...) *vedam expressamente tanto a ausência desse postulado, quanto o seu afastamento indevido, via ascensão ou a transformação de cargos públicos em outros diversos daqueles em que foram admitidos, por concurso...*”

Então, é o que esse projeto, deputado João Bacelar, em tramitação nesta Casa pretende. Vão ainda muito mais:

(Lê)“(…) *Considerando, também que, da forma como está redigido (possibilitando que todos os atuais Agentes de Tributos, que prestaram concurso para uma função que exigia apenas o nível médio...*” - prestem atenção ao absurdo que esta Casa cometeria - “*...sejam automaticamente incorporados nos quadros com uma nova carreira que passou a exigir diploma universitário.*”

Há uma jurisprudência, há uma inconstitucionalidade que não depende de partido, deputado Luiz de Deus! Isso é estrutura! Temos que ter a nossa responsabilidade, e a responsabilidade maior, deputado Zé Neto, é de V.Ex^a como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que tem que preservar os projetos que sejam constitucionais. Dezenas e dezenas de projetos dos Srs. Deputados não passam pela Comissão de Constituição e Justiça por serem inconstitucionais. E o Ministério Público aqui aponta uma série de inconstitucionalidades que esta Casa não pode em nenhum momento admitir.

E vai ainda mais.

(Lê)“(…) *Considerando, finalmente, que por se tratarem de carreiras completamente diferentes, vez que somente ao Auditor Fiscal compete a função de CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, ficando a .cargo do Agente de Tributo a _ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ESTADUAIS e SUBSIDIAR A FISCALIZAÇÃO, qualquer tentativa de unificação das carreiras - seja por via direta ou por meios transversos...*” - como se pretende - “*... redundará em infringência a diversos dispositivos constitucionais e desprezo aos princípios da eficiência e da razoabilidade.*”

Em função desses vários argumentos, o Ministério Público

“(…) RESOLVE

Expedir a seguinte RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia: Sr. Jacques Wagner,

a) para que estabeleça a diferenciação entre os atuais AGENTES DE TRIBUTOS (concursados quando se exigia para a função apenas a escolaridade de nível médio), passando a compor uma carreira em extinção, em que pese continuarem atuando, e os futuros agentes de nível superior, cujo quadro passaria a adotar outra nomenclatura, que teria as mesmas funções do atual AGENTE DE TRIBUTOS bem como idêntico padrão remuneratório;

b) que evite a edição de qualquer norma jurídica que possa implicar na absorção das funções privativas de AUDITOR FISCAL, como CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, para outro cargo, inviabilizando, assim, a futura arguição de similaridade entre as carreiras do Fisco estadual, evitando-se, por conseguinte, o enquadramento de servidores por via judicial, o que redundaria em prejuízo ao erário”.

Tenho aqui, antes de falar do parecer da OAB sobre esse assunto, deputado José Neto, radicalmente contra também e na mesma linha do Ministério Público, a Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade - 3857-5, que foi julgada pelo Pleno do

Supremo Tribunal Federal, em que o Estado do Ceará pretendia fazer um projeto similar a esse. (Lê): *“Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei do Estado do Ceará. Provimento derivado de cargos. Inconstitucionalidade. Ofensa ao disposto no art. 37,II, da CF. Ação julgada procedente.*

São inconstitucionais os artigos da Lei 13.778/2006, do Estado do Ceará que, a pretexto de reorganizar as carreiras de Auditor Adjunto do Tesouro Nacional, Técnico do Tesouro Estadual e Fiscal do Tesouro Estadual, ensejaram o provimento derivado de cargos, como é o caso desse projeto em tramitação.

Dispositivos legais impugnados que afrontam o comando do art. 37, II, da Constituição Federal, o qual exige a realização de concurso público para provimento de cargos na Administração estatal.

Embora sob o rótulo de reestruturação da carreira na Secretaria da Fazenda, procedeu-se, na realidade, como é o caso da Bahia, a instituição de cargos públicos, cujo provimento deve obedecer aos ditames constitucionais.”

O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no dia 18 de dezembro de 2008, julgou inteiramente procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Mas antes de passar a ler e deixar que os Srs. Deputados tomem conhecimento do pensamento da OAB, concedo o aparte ao deputado João Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Gaban, parabéns pelo seu pronunciamento. V.Ex^a relata a recomendação do Ministério Público acerca desse projeto de lei e o parecer da OAB.

Vou fugir um pouco dos aspectos técnicos que V.Ex^a levanta e vou ater-me ao aspecto que, realmente, move o governador nesse projeto, que é o aspecto político. O Sr. Governador quer aparelhar o Fisco. Está claro que ele quer partidarizar as ações do Fisco.

O Fisco baiano tornou-se, nos últimos 16 anos, referência nacional. Foram investidos milhões de reais para que ele atingisse esse patamar, o de excelência, de isenção. E agora o Sr. Governador, como em todas as suas ações, quer partidarizar, quer transformar o Fisco num aparelho do seu governo, especialmente em cima dos micros e pequenos empresários.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Concederei o aparte a V.Ex^a também, deputado Zé Neto, mas antes concederei aos deputados Misael e Heraldo Rocha. Depois concederei a V.Ex^a e ao Paulo Azi também.

Pedirei apenas que os senhores sejam breves, porque quero trazer ao conhecimento da Casa o parecer da OAB ratificando a inconstitucionalidade desse projeto em tramitação.

O Sr. Misael Neto:- Deputado Gaban, parabenizo V.Ex^a pelo pronunciamento. Serei breve até para que V.Ex^a possa concluir, porque quando V.Ex^a sobe a esta tribuna o faz com muita propriedade trazendo dados técnicos. Queria eu que na Procuradoria do Estado houvesse engenheiros com a capacidade jurídica de V.Ex^a,

para não deixar um projeto como esse chegar a esta Assembleia.

Cabe agora ao presidente da Comissão, deputado Zé Neto, ao nomear o relator para dar o parecer a esse projeto, fazer as correções devidas, porque será uma afronta jurídica a esta Casa aprovarmos um projeto dessa natureza.

Parabéns, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Agradeço e incorporo também o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Com o aparte o deputado Heraldo Rocha, depois os deputados Zé Neto e Paulo Azi.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Gaban, farei minhas as palavras do deputado João Bacelar: a crise instalada por este governo na administração pública já é notória na segurança, na cultura. Se não bastasse, deputado Gaban, criaram uma crise na Secretaria na Fazenda do Estado num período em que esta Secretaria é o termômetro para medir a situação do Estado. Partidarizaram a Secretaria da Fazenda e nós vimos aqui numa audiência pública, das mais concorridas, o atrito entre as partes provocado pelo governo do Estado da Bahia.

Portanto, essa não é uma crise técnica. É uma crise política do governo Jaques Wagner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. GABAN:- Agradeço e incorporo também o aparte de V.Ex^a e acrescento um pouco mais, deputado Heraldo Rocha. Tem que ser uma preocupação, deputado Zé Neto, de nós todos parlamentares. Dei como exemplo uma prefeitura comandada pelo PT, pelo ex-colega nosso aqui e prefeito de Camaçari Luiz Caetano, que mostra a sua preocupação com a queda de arrecadação de 4 milhões. Esse é um reflexo na Bahia toda. No momento em que aumenta o salário mínimo, a arrecadação cai porque o ICMs está caindo, nós temos que ter a preocupação de gerar emprego e renda. Esse deveria ser o mote. Essa é a preocupação fundamental do Secretário da Fazenda, evitar que outras empresas venham a fechar na Bahia.

Então, no momento em que ele deveria se preocupar em renovar os incentivos fiscais para que as empresas não deixem o nosso Estado no momento de crise, que já está prejudicando várias prefeituras, não; ele está se preocupando com um projeto que não atende a ninguém, que é inconstitucional. Já tem decisão do Supremo Tribunal Federal, tem manifestação do Ministério Público e vou ler a manifestação da OAB considerando-o inconstitucional.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo o aparte a V.Ex^a, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Gaban, queria pontuar aqui que o nosso papel nesta Casa tem sido extremamente cumprido e cumprido a contento. Não há na história da Bahia recente momento de mais democracia, momento de mais debate, momento de mais interação, de sentimentos todos. Crise faz parte da democracia, porque se não há um pensamento único, óbvio que nós iremos para o debate. Existem decisões diversas que apontam como constitucional também o projeto de lei que ora se encontra nesta Casa.

O debate está na Casa. Qual é o nosso papel na Comissão de Constituição e Justiça? Fazer com que ele flua a contento. Todos tiveram espaço, todos têm tido espaço. Acho que temos que ter o cuidado de partidizar, obviamente. Não dá para partidizar, mas não dá também, deputado Gaban, porque, não se engane, nós temos hoje o compromisso com a modernização do Estado. Mas a qualquer passo que seja dado para a manutenção do que estava ou para a modificação do que estava, o caminho é a modernização, é o aprimoramento fiscal do controle e da fiscalização. Isso é o Estado.

É inconcebível uma propaganda de rádio dizer que se houver ampliação e modernização ou aprimoramento fiscal, isso será uma perseguição a pequenos comerciantes. Acho que isso deve ser pontuado para que não caiamos na armadilha daqueles que não acreditam na democracia e pensam que a democracia pode ser utilizada dessa forma.

O Sr. GABAN:- Deputado Zé Neto, agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a. E vou fazer uma sugestão: como membro da Comissão de Constituição e Justiça gostaria e sugiro a V.Ex^a que façamos uma audiência pública, convoque, convide o Ministério Público não para debater esse assunto da inconstitucionalidade, porque V.Ex^a colocou que há pareceres que mostram que é constitucional. Estou aqui com uma Adin do Supremo Tribunal Federal considerando inconstitucional. Estou aqui com o parecer do Ministério Público, estou aqui com o parecer da OAB.

Então, vamos abrir o debate, V.Ex^a como presidente da Comissão de Constituição e Justiça convide o Ministério Público, a OAB, membros do Supremo Tribunal Federal se for o caso e aqueles que forem partidários de que esse projeto é constitucional para que, num debate amplo, tenhamos o conhecimento necessário e evitemos desgaste numa área que tem que se preocupar nesse momento com a geração de emprego e renda.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo um aparte ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Gaban, cumprimento V.Ex^a por levantar este assunto, pois é um tema polêmico nesta Casa. Dizer a V.Ex^a que ouvi atentamente o seu pronunciamento como também tinha ouvido o pronunciamento do deputado Zé Neto anteriormente quando ele falou da necessidade de se aprofundar o debate sobre a LOJ nesta Casa. E, aí, deputado Gaban, até para que não entremos no mesmo erro que foi a votação da LOJ votado nesta Casa sem nenhum debate neste Plenário quando o relator leu o seu parecer da tribuna sem ninguém tomar conhecimento daquele projeto. Então, seria importante – até para iniciarmos o debate nesta Casa – que o deputado Zé Neto que preside a Comissão de Constituição e Justiça solicitasse o parecer da Procuradoria Geral do Estado.

O Sr. GABAN:- Isso!

O Sr. Paulo Azi:- (...) que trata da constitucionalidade deste projeto...

(Os Srs. Gaban e Paulo Azi falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. GABAN:- Deveria ser convidado a vir a esta Casa na audiência pública para apresentar também os seus argumentos.

O Sr. Paulo Azi:- Isso foi inclusive, deputado Gaban, a informação trazida naquela última reunião, qual seja, a de que este projeto estava sendo submetido a um parecer da PGE. Então, é importante que este Parlamento tenha conhecimento do teor deste parecer para que possamos entender quais as razões que a PGE, constituída inclusive de advogados competentes e preparados, tenham opinado pela constitucionalidade do projeto até para que nós possamos confrontar este parecer com o parecer da OAB, com o parecer do Ministério Público para que este projeto venha a ser, deputado Gaban, efetivamente debatido e discutido no Plenário desta Casa.

Eu parabenizo V.Ex^a.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo um aparte ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, é no mesmo sentido do deputado Paulo Azi...

(Há interrupção de som em microfones do Plenário.)

O Sr. GABAN:- Está sem som.

O Sr. Elmar Nascimento:- O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Zé Neto, inclusive acaba de me falar que os prazos na comissão estão vencidos. Os líderes devem assinar um acordo se for o caso.

O Sr. GABAN:- Não, não. Não estão vencidos não.

O Sr. Elmar Nascimento:- Já que não está vencido, o que não pode é deixar vencer então, Presidente. Não se pode deixar de analisar a constitucionalidade do projeto.

O Sr. GABAN:- Exatamente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Como se tem um parecer da OAB e do Ministério Público e não analisa?

(O Sr. Paulo Azi se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Então, o governo está querendo que vença o prazo na comissão para trazer ao plenário sem discutir a constitucionalidade do projeto, o que é muito grave, Presidente, repito, muito grave. Então, deputado Gaban, é muito feliz a iniciativa de V.Ex^a. E é importante que este projeto seja discutido no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. GABAN:- Bem, eu agradeço e também incorporo o aparte de V.Ex^a. Até para esclarecimento, deputado Zé Neto, no momento em que este projeto chegou à Casa no ano passado não foi votado. Houve o entendimento das lideranças de que ele não fosse colocado na pauta de convocação extraordinária e foi aberta a pauta agora para a apresentação de emendas. Este prazo será expirado no próximo dia 05 deste mês, ou seja, depois de amanhã, no dia 05 ele expira. Então não venceu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- E, a partir daí, irá naturalmente para a Comissão de Constituição e Justiça onde espero, meu caro presidente Marcelo Nilo, sobretudo V.Ex^a, deputado Zé Neto, vamos abrir o diálogo como abriu o problema da LOJ. Se queremos dar o exemplo para o Judiciário, temos de dar o exemplo da própria Casa não votando o que é inconstitucional segundo a OAB, Ministério Público e Supremo

Tribunal Federal.

Eu voltarei a este assunto em outro horário para poder ler também o pronunciamento e a opinião da OAB, pois são, radicalmente, contra este projeto por considerá-lo inconstitucional.

(Não foi revisto pelo orador nem apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, como este assunto que o deputado Gaban trouxe é muito importante, eu gostaria de que V.Ex^a pudesse informar o Plenário qual o prazo que vence na Comissão de Constituição e Justiça. Qual o prazo para vencer a apreciação deste projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a Secretaria da Mesa informa que há um prazo de pauta para emendas até o dia 05. Certo?

O Sr. Elmar Nascimento:- Para emendas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para emendas. Depois vai para a comissão em 15 dias, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria, o representante do PC do B, para falar ou indicar o orador durante 10 minutos.

O Sr. Professor Valdeci:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Zé Neto pelo tempo de, até, 10 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, inicialmente, queria me pronunciar a respeito de um fato que ocorreu ontem em Madre de Deus. Acho que foi de uma infelicidade muito grande a atitude isolada – digo assim – de dois ou três policiais que, de forma absurda e covarde, agrediram aqueles torcedores do meu time, o Fluminense de Feira.

Posso até dar um depoimento, tendo em vista que sou amigo de uma daquelas pessoas que foram agredidas de forma covarde, Pernambuco, uma figura tradicional de nossa cidade, torcedor fanático do nosso Flu, o Touro do Sertão. Enfim, considero que aquela ocorrência merece uma manifestação pública do nosso mandato e também um encaminhamento, como fizemos pela manhã. E agora à tarde estamos remetendo um ofício solicitando o mais objetivo rigor não na apuração, já que as imagens mostram tudo, mas na punição daqueles que macularam a imagem da briosa Polícia Militar da Bahia.

Polícia essa, presidente Marcelo Nilo, que no Carnaval conseguiu mostrar ao mundo uma operação extremamente bem-sucedida, muito qualificada, que agregou técnica e, acima de tudo, um tratamento mais humano aos cidadãos e cidadãs do nosso Estado.

Ora, as coisas vão ter que ser aprimoradas? Vão. Sabemos a polícia que encontramos. Sabemos também que, infelizmente, ainda reside nas cabeças de alguns um sentimento militarista. O golpe militar estabeleceu no Brasil uma dicotomia entre

civil e militar, na qual militar tinha que ter cuidado com civil e combatê-lo, porque ele era um risco em potencial ao regime. Esse sentimento militarista agressor, vindo da ditadura, infelizmente é um resquício a ser banido do nosso País. E não é diferente na nossa Bahia.

Quero deixar aqui a minha manifestação pública de solidariedade àqueles que foram agredidos em Madre de Deus. E reafirmo o nosso intuito de que esse caso seja tratado com rigor, dentro da lei, obviamente, dando aos agressores o direito de manifestarem suas defesas. Mas que já sejam afastados imediatamente da corporação até o final do devido processo administrativo legal.

No mais, quero dizer ao deputado Gaban...

O Sr. Gaban: V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- (...) que essa questão da Fazenda é um tema que nós do governo – agora não falo como presidente da Comissão de Justiça, mas como deputado governista – não temos deixado de lado nos debates nesta Casa. Fizemos aqui, em 2005, uma sessão especial; este ano fizemos outra. Já fizemos umas três audiências públicas tratando desse assunto especificamente.

E posso dizer ao deputado Gaban que, obviamente, iremos tomar decisões no coletivo. Não quero antecipar nenhuma decisão que terei de tomar, mas não há nenhum ponto que não tenha sido tratado aqui nos últimos meses, de forma minuciosa até, com relação a esse projeto que, se hoje está polemizado – e é bom dizer isso mui claramente –, é porque há espaço para o debate e para a discussão, tanto na Secretaria como nesta Casa.

Se a polêmica existe é porque o espaço democrático foi dado, ou melhor, foi conquistado e respeitado por nós. E esse espaço, evidentemente, é que vai gerar dilemas, enfrentamento de idéias, e tem de ser assim. Outrora, quando outros adventos ocorreram no âmbito da Fazenda, aí sim, agrediram o corpo da Fazenda, que vinha de cima para baixo, sem ouvir ninguém, e que descia como espada para aqueles que tinham que apenas atender às ordens dos que comandavam.

Mas essa não é a prática nem desse governo, nem da Comissão de Justiça, nem da presidência da Casa, e nós, deputados, podemos até, independentemente de qualquer partido, nos orgulhar disso. Precisamos até pôr isso como um ganho não só do governo Wagner mas também do Poder Legislativo. Podemos nos orgulhar e dizer que esta Casa tem aberto o debate e muito, muito, muito democrático, para que a gente possa tomar decisões com clareza.

No aspecto relacionado com o tema que V.Ex^a abordou há pouco, ou seja, no que tange ao projeto de lei dos auditores de dos agentes de tributos da Fazenda, temo-lo tratado dessa forma e não há nenhum ponto dele que não tenha sido debatido.

Obviamente, se quer avançar no debate, V.Ex^a proponha, pois sabe qual é o nosso comportamento tanto na Comissão de Justiça como na Casa, como deputado. E aí, nesta Casa democrática, agora, como tem sido, temos que apreciar todo tipo de comando.

Mas concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, infelizmente, com todo o respeito que lhe

tenho, discordo de algumas observações que V.Ex^a fez.

Primeiro, concordo com o comportamento de V.Ex^a, que, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça tem, até hoje, honrado o diploma de advogado e a constitucionalidade dos projetos que por lá tramitam.

Com relação ao debate sobre esse projeto – com exceção daquela sessão especial que realizamos até por iniciativa nossa, na qual o IAF demonstrou, com muita competência, a inconstitucionalidade desse projeto –, o Sindisefaz deixou muito a desejar. A gente viu, até com uma certa tristeza, uma matéria paga pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia tentando justificar esse projeto.

E, diferentemente do que V.Ex^a disse, no final dessa matéria paga, que saiu em todos os jornais de grande circulação, a Secretaria da Fazenda diz: “Por fim, procurando resguardar o interesse público, em decorrência de reiteradas manifestações feitas publicamente pela Diretoria do Instituto de Auditores Fiscais – IAF, cumpre esclarecer que o Estado da Bahia buscará, na Justiça, o direito de ressarcimento das despesas com essa publicação.” Quer dizer, a Secretaria da Fazenda faz uma publicação paga e não está querendo dar ao IAF o direito de se manifestar sobre um assunto que o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e a OAB consideraram inconstitucional.

Por isso, finalizando, deputado, tenho certeza absoluta de que vamos ampliar o debate no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça para que todos os segmentos se manifestem, e não apenas um. Daremos oportunidade, sim, ao IAF, ao Sindsefaz, mas com a presença do Ministério Público, da OAB e dos segmentos organizados da sociedade baiana.

Muito obrigado.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Gaban, V.Ex^a, que tem, aqui na Casa, tanto cuidado com a legalidade, informe ao IAF que a propaganda que está sendo veiculada nas rádios da cidade do Salvador e do interior do Estado, dizendo que pequenos comerciantes serão perseguidos em virtude do aumento da fiscalização – desculpe, deputado Gaban! - é um acinte ao direito e um desrespeito ao Estado.

Ex^a sabe do que eu estou tratando e tem responsabilidade nesta Casa, sei disso.

Dizer que seria perseguição por conta de que haveriam mais fiscais, ou seja, que haveria mais fiscalização, é apologia a uma outra coisa, que não é a legalidade.

V.Ex^a sabe da importância que tenho dado, nesse âmbito, às nossas discussões aqui, na Casa. Então, solicito a V.Ex^a, já que tem tanto contato com aqueles que estão divulgando esse tipo de matéria, que peça-lhes que tenham cuidado com o tipo de Estado que se está a defender.

Obviamente que respeito muito os companheiros do IAF, pois tenho bons amigos ali dentro,...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Deputado Zé Neto...

O Sr. ZÉ NETO:- Já vou encerrar, Sr^a Presidente.

(...) e continuarei a respeitá-los, mas que tenhamos limite, pois os nossos interesses pessoais e políticos não podem se sobrepor ao interesse do Estado.

E a discussão deve alcançar um nível que não extrapole o Estado Democrático

de Direito. Que pensemos diferente, que façamos os embates, isso faz parte do jogo democrático, mas que tenhamos sempre a responsabilidade de entender que o Estado da Bahia é maior do que os interesses, que não são os que estão em tela, na hora em que se coloca na imprensa coisas que não correspondem à verdade, à legalidade.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Fica, aqui, a minha manifestação.

Agradeço à nossa presidente, essa linda deputada, Antônia Pedrosa, pessoa do bem e a quem tenho muita estima, a tolerância.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Muito obrigada, deputado Zé Neto, por suas palavras de carinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao Líder do governo...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, como esse é um assunto para o qual não podemos deixar subterfúgio, deixar alguma palavra ficar como se estivesse às escondidas, tenho a obrigação de responder ao que V.Ex^a colocou, e dar alguns elementos que V.Ex^a talvez não tenha visto.

Primeiro, eu não tenho contato com o Sindsefaz ou com o IAF, eu tenho amigos em ambos os lados. O que estou procurando preservar é a constitucionalidade de um projeto que será apreciado pela Assembleia Legislativa, depois de terem-se manifestado pela inconstitucionalidade o Supremo Tribunal Federal, a OAB e o Ministério Público.

Segundo, dentro desse aspecto das matérias, o que tenho a dizer é que já ouvi, também, algumas reportagens no rádio, mencionando a perseguição que sofreriam as microempresas.

Tenho uma preocupação muito grande, sim, na condição de baiano, assim como V.Ex^a também tem, ante o momento de dificuldade que o País vem enfrentando, sobretudo o nosso Estado, em relação à geração de emprego e renda. As microempresas são responsáveis por 700 mil empregos no Estado da Bahia. Contando-se os dependentes, são 3,5 milhões de pessoas envolvidas.

E digo mais, hoje, temos em torno de 1 mil auditores fiscais que fiscalizam 96% da arrecadação do Estado da Bahia. Estão querendo criar mais 1 mil cargos de auditores fiscais para fiscalizar sabe o quê? Quatro por cento da arrecadação da Bahia!

Será que é racional ter 1 mil auditores que, hoje, fiscalizam 96% da arrecadação do Estado, repito, e criar mais 1 mil cargos adicionais, deputado Heraldo Rocha, para fiscalizar apenas 4% da receita? Que sonegação há em cima de 4% da receita? A sonegação, se existe, está nas grandes empresas do Estado, que geram muito menos empregos que os 700 mil que as pequenas e médias empresas geram no

Estado da Bahia.

A inicial é frágil e, como diria eu se fosse um advogado, não tem segmentação, porque o que se quer é criar 1 mil novos cargos para fiscalizar apenas 4%, sob o argumento de evitar a sonegação. A sonegação, se quiser, deve ser fiscalizada nas grandes empresas, que podem ser profissionais, se é esse o modo de entender do governo do Estado.

No momento, estou preocupado. E acho que os 63 parlamentares, meu querido amigo deputado Zé Neto, têm que se preocupar com a geração de emprego e renda, têm que se preocupar, sim, em antecipar o vencimento das concessões de incentivos fiscais que esta Casa concedeu para que as empresas, como esta que já foi embora, não sirvam de exemplo.

A Dow está querendo demitir, as outras empresas todas... A Azaléia está em férias coletivas...

O que vamos esperar, deputado João Bacelar, deputado Heraldo Rocha? Que as empresas fechem? Que vão para Pernambuco, como estão indo as empresas da Bahia, para depois a Secretaria da Fazenda ir lá tentar renegociar o que já está vencido, os incentivos fiscais? Não, a preocupação da Secretaria da Fazenda, e falo como cidadão que tem um mandato e tem que preservar a população baiana, sobretudo a mais carente.

Temos que nos preocupar com a geração de emprego e renda. Falar que vai combater a sonegação, e criar mil cargos para se utilizar 4%, quando, repetindo e finalizando, mil auditores fiscais fiscalizam 96% da arrecadação, aí, além de ser inconstitucional, é uma balela. E a inicial é frágil, não tem nenhuma sustentação e nenhum tribunal vai poder acatar um argumento tão frágil quanto esse.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou ao representante do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Professor Valdeci:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de PSB o deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, passei um fim de semana na região do Extremo Sul com o coração partido. Quero falar agora, de uma maneira muito enfática, e com o respeito que tenho sempre nutrido por todos os parlamentares desta Casa, e muito mais até pelo Exm^o Sr. Governador do Estado, Jaques Wagner.

Durante a campanha fui apresentado com brevidade ao então candidato Jaques Wagner, mas me recordo muito que na cidade de Teixeira de Freitas, no único comício em que participei ao lado dele, disse que, se eleito deputado, ficaria grudento, ficaria chiclete, em prol das reivindicações das necessidades do nosso povo do Extremo Sul. Tenho feito muito mais, tenho mantido fidelidade.

V.Ex^a bem sabe, governador Jaques Wagner, e muito mais experiência V.Ex^a tem na política do que eu, que saí há exatamente seis anos do Rio Grande do Sul e me

tornei deputado estadual num dos Estados mais conceituados politicamente do Brasil. E seria balela da minha parte dizer que isso não me orgulha. É claro que me orgulha. Penso no futuro dos meus filhos, nas pessoas que acreditaram em mim e me fizeram o mais votado deputado em Teixeira de Freitas, em Nova Viçosa, em Mucuri, em Alcobaça, Prado, Vereda, Ibirapuã e Lajedão. Todos os votos conquistados na região do Extremo Sul. É lógico que tenho que brigar por ela.

Muito satisfeito tenho ficado, e recentemente, quando V.Ex^a ali esteve, Sr. Governador Jaques Wagner, para anunciar quase 30 milhões em obras para o nosso município e nossa região. Foram conquistas na saúde, as três viaturas que finalmente chegaram por lá, a própria troca do comando da Polícia Militar, quando V.Ex^a bem disse, aqui mesmo nesta Casa, que o calcanhar de Aquiles, a dificuldade forte ainda, é referente a nossa segurança.

Fico até enciumado quando vejo o policiamento começar a ficar mais ostensivo dentro da nossa capital, Salvador. Fico enciumado porque, infelizmente, na capital da região do Extremo Sul isso não está acontecendo. Mais do que isso, governador Jaques Wagner, desta tribuna, por diversas vezes, cobre, com ênfase, a apuração do crime praticado contra o ex-deputado estadual, Maurício Cotrim, não pelo fato de ele ter servido a esta Casa. Nossa indagação, governador, é: se a impunidade persiste com relação aos crimes praticados contra pessoas públicas e com infiltração na esfera política, imaginem com relação aos que ocorrem nos bairros periféricos que espalhados por toda a Bahia?

O crime de que foi vítima o ex-deputado Maurício Cotrim, governador, apenas para lembrar-lhe, foi cometido em 2007. Algumas apurações destrambelhadas ocorreram, com policiais e delegados especializados, que compareceram, inicialmente, para apontar o mandante, mais tarde, o pistoleiro, e, depois, para recuar e dizer que não eram os tais.

Nova convocação de delegados especiais, nova investigação, novos pistoleiros, novos mandantes para não valer nada. Uma operação destrambelhada que ocorreu – e acredito que o senhor tenha conhecimento disso, governador – sob as ordens do Secretário da Segurança.

Recentemente, acompanhado do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, fui ao secretário da Segurança e, mesmo sendo um parlamentar, naquele momento, lembro-me, o secretário me pediu que fizesse um boletim de ocorrência. Diante de uma situação grave que estava sendo levada ao conhecimento da principal instituição de segurança do nosso Estado por um deputado, representante e interlocutor que briga pelo nosso governo, era preciso fazer um boletim de ocorrência diante do secretário? Relutei, e o secretário pediu-me que o acompanhasse e relatasse a situação ao corregedor.

Depois do assassinato de Maurício Cotrim, vieram outros crimes em série, a exemplo do crime cometido contra um empresário que foi assassinado, em frente ao Banco do Brasil de Teixeira de Freitas, na porta da casa do Comandante da Polícia Militar e próximo do Ministério Público, numa afronta ao sistema de segurança do nosso Estado.

E o que está ocorrendo, governador, é que os crimes estão sendo praticados para desmoralizar a nossa instituição, e precisamos ainda acreditar, governador, na nossa segurança, na nossa instituição, na valorização da Polícia Militar, da Polícia Civil, do governo e de nós deputados.

Desmoralização, e não existe outra palavra para classificar o crime praticado contra o empresário Estácio e o filho dele na cara da polícia praticamente, às 18 horas, quando era intenso o movimento de pessoas no local. Pouco depois o pistoleiro, então denunciado na primeira operação desastrada da polícia, também é apagado, numa queima de arquivo. Um outro envolvido na situação também foi assassinado, há poucos dias.

Inacreditável, governador Jaques Wagner, é que, no sábado, na Pizzaria Loft, onde este parlamentar se encontrava, chegaram, pouco depois, a viúva do ex-deputado Maurício Cotrim acompanhada das filhas e sobrinhas. Esse restaurante é o principal da nossa cidade, e nele estavam reunidos, na oportunidade, juiz, promotor. É ali que os formadores de opinião da cidade se encontram, é o principal *point* da cidade de Teixeira de Freitas.

Escolheram este restaurante, governador, para praticar mais um assassinato contra uma mulher que, simplesmente, queria que os responsáveis pelo crime perpetrado contra o marido dela fossem localizados, que se respondesse quem o teria matado e por quais razões?

Mas o governo não conseguiu fazer isso, não. Até agora, governador Jaques Wagner – apenas para facilitar o seu questionamento ao secretário da Segurança Pública –, já são sete pessoas mortas, todas elas ligadas, direta ou indiretamente, ao ex-deputado Maurício Cotrim. Será, governador, que vamos esperar que a desmoralização das nossas instituições chegue também a esta Assembléia, com pistoleiros adentrando esta Casa para assassinar este parlamentar ou qualquer outro, inclusive aqueles que já fizeram pronunciamentos hoje? Desmoralização, governador, das nossas instituições!

Concedo um aparte ao deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Getúlio Ubiratan, vejo a gravidade dessa situação. Não é a primeira vez que V.Ex^a se posiciona acerca desse episódio lamentável que foi o assassinato do ex-deputado Maurício Cotrim. Infelizmente, as providências não têm sido tomadas, o que vem fazendo com que outras pessoas sejam vitimadas. E hoje os jornais informam que a viúva do ex-deputado foi brutalmente assassinada na cidade de Teixeira de Freitas.

Tenho conhecimento dos pronunciamentos duros e legítimos que V.Ex^a tem feito nessa tribuna; todos eles ecoam no Extremo Sul e o tornam o defensor da segurança pública naquela região. Como o senhor disse, V.Ex^a deve estar também, infelizmente, no rol dessas pessoas que estão ameaçadas.

Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade, me dirijo neste aparte, de modo especial, à Casa Legislativa. Vimos aqui um depoimento emocionado, dramático e preocupante! É um parlamentar que, de certa maneira, se encontra em situação de risco. É importante que este Poder possa assegurar a devida segurança aos seus

membros, e assim todos nós tenhamos, efetivamente, a tranquilidade de manifestar os nossos posicionamentos políticos.

O que percebo agora é um homem agonizando, um parlamentar que tem brilhado sempre nesta Casa pela lucidez de seus pronunciamentos e, principalmente, pela imparcialidade. Mas, diante dessas mortes seguidas naquela região, ele também poderá estar agora, lamentavelmente, na lista negra daqueles que não respeitam o direito à vida do cidadão.

Então, faço neste momento um apelo ao Poder Legislativo baiano para que possa assegurar todas as condições de segurança ao deputado Getúlio Ubiratan. Ele, ao fazer esse pronunciamento, está demonstrando o seu receio, mas, ao mesmo tempo, afirma que não haverá de se intimidar. Enfim, não abandonará as suas ações nem os seus pronunciamentos em favor da segurança no Extremo Sul da Bahia.

Sei, deputado Heraldo Rocha, que V.Ex^a também vai se expressar como Líder da nossa Bancada, mas já peço a esta Casa que tome todas as providências necessárias para resguardar a integridade física do deputado Getúlio Ubiratan. Ele nada mais tem feito do que exercer nesta Assembleia, legitimamente, as tarefas delegadas pelo povo baiano. Deputado, conte a minha solidariedade! Espero que este Poder tome providências enérgicas no sentido de assegurar a sua integridade física, que neste momento está ameaçada por alguém que não tem coragem de aparecer.

Muito obrigado pelo aparte, Excelência.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Quero concluir minhas palavras, caro presidente Rogério, dizendo que não me pronuncio pedindo segurança tão-somente para mim. Falo isso e peço até de uma maneira muito emotiva, porque eu bem poderia simplesmente lavar as mãos, como em muitas situações que acontecem neste Estado. Minha mãe, governador, mora lá no Rio Grande do Sul. Nunca escondi de ninguém que meu berço é lá no Rio Grande do Sul, mas esta Bahia, governador, me adotou. Vim para esta Casa com quase 40 mil votos, e a nossa região do Extremo Sul, governador, está pedindo socorro.

A mulher levou cinco tiros em frente a esse restaurante, governador. O pistoleiro simplesmente atravessou a rua e entrou num automóvel que estava esperando. Um pouco antes, governador, a viatura da Polícia Militar chegou a passar, só faltou o pistoleiro acenar. Repito, governador, o que nós vamos esperar? Que os pistoleiros do crime organizado apareçam nesta Assembléia Legislativa ou aí na Governadoria para desmoralizar muito mais?

Não vou mudar meu ritmo de trabalho, meu ritmo de ação. Não foi para isso, governador, que nós fomos eleitos, não foi para isso que o Sr. Governador foi eleito, com uma votação histórica, governador de nosso Estado. Pelo amor de Deus, isso aqui não é balela, governador, não é pedido de colocação para fulano, sicrano ou beltrano, É para o senhor aparecer da mesma forma, com a mesma energia com que o senhor apareceu em Itaparica. Apareça no Extremo Sul, governador, não amanhã, porque amanhã pode ser tarde. Quero prevenir meus companheiros desta Casa, amanhã, governador, daqui a pouco, pode ser tarde, não demore. É agora, governador! Sei que a sua assessoria acompanha todos os dias, Rui Costa, secretário

de Relações Institucionais, os assessores, imediatamente mandem esse recado. É para resolver agora. Sete pessoas morreram depois do assassinato de Maurício Cotrim e o boato na cidade, governador, que eles próprios espalham, é que tem muito mais gente para ser morta.

Para encerrar, presidente, essa mulher, há dez dias, esteve pedindo socorro à Secretaria da Segurança Pública, pedindo garantia de vida, mas não se resolveu nada. Ela pediu garantia para ela e o filho, que estavam sendo perseguidos, há 10 dias. O que é que vale, governador, um cidadão que não seja deputado ou a mulher de um ex-deputado pedir ajuda, garantia pública para sua segurança? De que vale isso, governador? Pelo amor de Deus, governador Jaques Wagner, não deixe que continuem a desmoralizar o nosso Estado, nossas Polícias Militar e Civil, os deputados e a sua pessoa, governador. Não deixe que desmoralizem, pelo amor de Deus!

Muito obrigado pelo tempo que me foi concedido.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Getúlio Ubiratan, gostaria de dizer que o tema que V.Ex^a traz, hoje à tarde, é muito grave. Gostaria que V.Ex^a recebesse a minha solidariedade também.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Eu até pediria, Sr. Presidente, que o senhor nomeasse, de imediato, o máximo de deputados possível para que fôssemos, em bloco, até o secretário da Segurança pública. Peço isso, não pelo lado pessoal deste parlamentar, mas peço pela nossa região, para que possamos, de imediato, além do empenho que o governador estará fazendo, com muita certeza, após esse desabafo, que não é meu, é do povo de lá, que o secretário da Segurança Pública apareça, que nós apareçamos junto com ele, com o respaldo desta Assembléia. Faço esse pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Sr. Deputado, como um dos representantes desta Mesa, asseguro a V.Ex^a que, na próxima reunião, quarta-feira, levarei o sentimento de V.Ex^a para a próxima reunião, na quarta-feira às 11h, e tenha a certeza de que, após terminar essa sessão, atenderemos ao pedido de V.Ex^a, que é justo, e, com certeza, todos estarão solidários com V.Ex^a nessa luta e nesses acontecimentos.

Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, quero prestar solidariedade ao deputado Getúlio Ubiratan até pela coragem dele, pois quem tem coragem de ir à tribuna e fazer a denuncia da forma que ele fez passa a ser potencial vítima do crime organizado do Extremo Sul.

Temos uma constatação, deputado Getúlio Ubiratan: infelizmente, na Bahia, isso não é privilegio do Extremo Sul, pois, seja na Região Metropolitana, na ilha de Itaparica, seja no Oeste, no Nordeste, no Sul, a Bahia esta sendo tomada pelo crime

organizado e pela falta de segurança, porque neste governo não se faz nada. Em todas as audiências públicas – e V.Ex^a é testemunha disso – o Secretário da Segurança Pública esteve aqui dizendo que ia fazer isso, mas que dependia de suplementação orçamentária. Quando se chegou ao final do ano e que se verificou a execução orçamentária, executou-se menos do que estava previsto e suplementação mesmo foi zero.

É o que V.Ex^a afirma aqui deputado Getúlio: amanhã talvez seja tarde, logo, é preciso que seja feito ontem! Talvez, deputado, Getúlio Ubiratan, os quase 40.00 votos que V.Ex^a teve no Extremo Sul não valham nada nem o autorizem a ser porta-voz do povo. Será preciso um escritor de renome nacional, como João Ubaldo, escrever algo sobre o assunto para o governador se sentir melindrado e ir ao Extremo Sul como fez com Itaparica.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PP para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos. (Pausa.) Não havendo orador, Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos, o Sr. Arthur Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Arthur Maia, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ARTHUR MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizem, na Bahia, que o primeiro dia do ano é hoje: primeira segunda-feira depois do carnaval. É fato que, aqui, as pessoas sempre postergam..., não que deixem de trabalhar, de primeiro de janeiro até hoje. Pelo contrário, as pessoas, em um Estado que tem uma vocação turística como o nosso, trabalham muito no verão, mas, efetivamente, a maioria dos planos que se cogita, individualmente, em cada família, em cada indivíduo, geralmente fica postergada para depois do carnaval.

Dizendo isso, meu caro Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, quero dizer que, na minha concepção, meu caro deputado Carlos Gaban, V.Ex^a que tem tratado desse assunto com tanta veemência, a crise econômica chegou à Bahia hoje.

Chegou hoje, porque, em um Estado como o nosso, em que a base da economia foi atingida frontalmente a partir da queda dos preços internacionais em um mercado exportador como o nosso, que tem como carro-chefe o petróleo, cujo preço desabou de US\$170 para US\$50; a nafta do Polo Petroquímico de Camaçari, cujo preço caiu de US\$1.500,00 a tonelada para US\$ 250,00; a celulose, produzida no Extremo Sul da Bahia; os projetos referentes à exploração do minério de ferro, os vários projetos espalhados por este Estado, que ainda não foram implantados, particularmente o de Caetité, que previa a implantação de um projeto cujo valor atingia a cifra de 4 bilhões de dólares.

Sofremos neste início de ano, sem sombra de dúvida, um violento golpe na nossa economia, um golpe tamanho, meu caro deputado João Carlos Bacelar, que nos

últimos três meses, dezembro do ano passado e depois janeiro e fevereiro, tivemos um fato inédito desde a instituição do ICMS pela Constituição de 88 e antes mesmo, com o Imposto de Circulação de Mercadorias, quando ainda era o ICM, jamais havíamos constatado neste Estado um mês com a arrecadação menor do que outro.

Neste ano já amargamos uma diminuição da ordem de 300 milhões de reais, cerca de 10% da arrecadação do ICMS. Estamos vivenciando essa situação nesses dois primeiros meses, sendo que a nossa economia turística foi, deputado Heraldo Rocha, o único dos setores econômicos deste Estado beneficiado pela crise, porque à medida que tivemos o aumento do preço do dólar, tivemos o turismo interno reforçado e conseqüentemente o Carnaval da Bahia, o verão da Bahia, as praias do litoral conseguiram trazer neste ano mais turistas do que em outros momentos, porque o turista em vez de buscar os destinos internacionais preferiu os internos.

Entretanto, meu caro deputado Gaban, quando digo que a nossa crise começa hoje é porque hoje termina o verão, digo verão como atividade econômica, que gera emprego. O período do Carnaval, o período das festas que atraem os turistas, acabou. Estamos agora diante de uma crua e dura realidade. Isso não é, é verdade, uma situação exclusivamente nossa. No Brasil inteiro, no mundo inteiro, temos assistido ao drama da economia mundial, da falência das empresas, do desemprego, da queda da arrecadação.

O que surpreende aqui na Bahia, e me deixa extremamente preocupado, é que justamente neste momento em que vivenciamos uma crise dessa proporção e que temos as empresas com dificuldades para manter os empregados, com dificuldade de manter a mesma arrecadação de impostos, porque já não produzem o que estavam produzindo antes, observamos que não se produz na Bahia um debate que efetivamente traga para a mesa os empresários, os empregados, para que possamos aprofundar e encaminhar soluções. Mais do que isso: em relação à micro e pequena empresa, direi com toda clareza, que, antes de ter uma função arrecadadora perante o Estado, tem muito mais uma função social. A microempresa se notabiliza muito mais por ser uma geradora de emprego do que por ser um ente que fornece arrecadação para o Estado.

Essa é a realidade. Tanto que em todos os governos do mundo – e aqui no Brasil o governo Lula tem feito isso repetidamente, seguindo o que Fernando Henrique já havia feito – temos visto sequenciados planos de subsídio à pequena empresa. A pequena empresa se qualifica, se engrandece justamente na sua condição de absorvedora de mão-de-obra, ela tem a capacidade de absorver a mão-de-obra.

E estamos vendo aqui na pauta de votação da Assembléia Legislativa para os próximos dias esse projeto de lei que modifica inclusive os cargos da Secretaria da Fazenda, que coloca agente de tributo para fiscalizar as pequenas empresas. Imaginem que cerca de 5% da arrecadação do Estado, que é o que corresponde a arrecadação das pequenas e microempresas, serão fiscalizadas por cerca de mil novos agentes de tributos.

Imaginem os senhores que contrassenso na medida em que no mundo inteiro, no Brasil, principalmente, não temos a prática sequer de fazer a fiscalização

presencial na micro e pequena empresas. O Simples foi aprovado em Brasília há 2 ou 3 anos, justamente com o propósito de facilitar à micro e à pequena empresas na sua forma de contribuir com a arrecadação, mas sobretudo preservar aquilo que lhe é mais caro, mais importante, que é a garantia do emprego para um público enorme.

Estima-se que na Bahia tenhamos cerca de 140 mil pequenas e microempresas, o que corresponde, se colocarmos que cada uma dessas empresas possa absorver cinco funcionários, a um público de 700 mil empregados que estão trabalhando no âmbito das pequenas e microempresas. Se colocarmos que cada família dessas pessoas possui 5 dependentes, vamos para um universo de 3 milhões e 500 mil baianos que sobrevivem em função da micro e da pequena empresas.

Portanto, quero dizer aos senhores que não podemos nos conformar que a atitude do governo da Bahia em relação a esse segmento importantíssimo seja justamente no sentido de dar mais um arrocho fiscal em uma categoria que já vem amargando um momento econômico tão difícil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi há pouco em meu gabinete parecer da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia, que condena esse projeto de lei, aponta-o como um projeto inconstitucional. Na mesma direção milita o Ministério Público da Bahia que também entende que esse processo tem vícios insanáveis de inconstitucionalidade.

De sorte que desta tribuna quero fazer um apelo para que possamos aprofundar a discussão desse projeto, sentarmo-nos, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é um jurista, homem que conhece o direito, com essas entidades importantes, não quero transformar esse debate em uma briga entre os servidores da Fazenda, mas podemos chamar aqui a Ordem dos Advogados do

Brasil, o Ministério Público para que possamos chegar a um entendimento que contemple a paz dentro do funcionalismo público da Bahia, também refletir um pouco, trazer a cabeça de cada um dos senhores deputados à reflexão sobre o papel da micro e pequena empresas na Bahia e as consequências, não tenho dúvida disso, nefastas que a aprovação desse projeto de lei trará para esse importantíssimo segmento do nosso Estado em uma circunstância tão triste da economia baiana, brasileira e mundial.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, falarei eu e o deputado Gaban por 5 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Heraldo Rocha, meu caro Líder da Oposição, já está virando rotina neste Estado a falta de segurança nas diversas regiões.

Desta tribuna assistimos, há pouco, a denúncias sobre crimes de mando, o crime organizado no Extremo Sul, relatadas pelo deputado Getúlio Ubiratan que, aliás, já tem feito isso reiteradas vezes, seja na Comissão de Segurança Pública, seja na tribuna desta Casa. Mas essa questão, deputado Heraldo Rocha, não é privilégio do Extremo Sul. A Ilha de Itaparica se encontra em completo abandono.

Eu tenho amigos que passaram o veraneio na Ilha de Itaparica, deputado Paulo Azi, e os assaltos estão acontecendo com os veranistas dentro de casa. Na Região Metropolitana, os assassinatos se sucedem. Todos os dias, pela manhã, deputado Heraldo Rocha, quem tem a oportunidade de ouvir a Rádio Metrôpole, é a notícia: um dia são oito, outro dia cinco, outro dia sete, sempre há assassinatos nos bairros periféricos de Salvador.

Hoje, pela manhã, não podia ser de outra forma: ligo a Rádio Metrôpole que falava do assassinato a sangue frio da viúva do ex-deputado Maurício Cotrim. Na televisão, no *Bom-Dia Brasil* são aquelas cenas que envergonham a corporação da Polícia Militar. E qual a manifestação do comando da Polícia? Que instaurou um inquérito! Estão ali as provas, as imagens falam por si. Os envolvidos têm que ser imediatamente afastados, sumariamente afastados e responder ao processo administrativo. Afastado, porque quem saca uma pistola num estádio de futebol não tem condição, não tem equilíbrio para vestir uma farda de policial e sair às ruas dando segurança à população.

A nossa responsabilidade, deputado Heraldo Rocha, é maior ainda, porque cabe a V.Ex^a indicar o presidente da Comissão de Segurança Pública. Essa é a responsabilidade. Dentre tantos e brilhantes deputados que há na nossa Bancada – e aqui temos dois, três deputados: Paulo Azi, João Carlos e Gaban, todos aptos a assumir a presidência. A questão da segurança pública é a maior necessidade do Estado da Bahia e para enfrentá-la é preciso que a Comissão vá no Extremo-Sul, vá ao Nordeste, porque em cada canto deste Estado o que existe é um clima de medo e de insegurança: é o banditismo, é o tráfico de drogas, o roubo de carros... E, aí, deputado Heraldo Rocha, deputado João Carlos, quando o secretário da Segurança chega na audiência pública na Comissão de Segurança – e essa virtude pelo menos ele tem a de estar presente quando é convidado à Comissão... “Nós temos aqui o plano da Segurança”, porque o outro nem plano tinha, o Paulo Bezerra. O delegado César Nunes: “Está aqui o plano de Segurança, custa tanto, depende de suplementação orçamentária.” E o governo sequer executa o que está previsto no Orçamento, quanto mais fazer suplementação orçamentária...

Já havia morrido três pessoas na Ilha de Itaparica, fora os inúmeros e diários assaltos. O delegado Magalhães não foi transferido para resolver o problema da Ilha de Itaparica. Foi transferido porque causava problemas ao prefeito do PT de Vera Cruz, que já tinha pedido para transferi-lo. Ora, se ele não servia para resolver o problema de Vera Cruz, hoje ele é o homem que vai resolver problema da Ilha de Itaparica e virou o símbolo do combate à violência do governo do PT? É o novo Robin Hood! Vamos ter que botar um delegado Magalhães em cada rua, em cada avenida, em cada povoado do Estado da Bahia!

O que não podemos aceitar mais, o que a sociedade baiana não aceita mais é que se estabeleça esse clima de medo, de caos, que aflige os baianos por conta da omissão e da falta de investimento do secretário e do governador do Estado, que é quem devia trabalhar. É o governador do Estado quem tem a responsabilidade de decidir onde se investem as políticas públicas, onde se priorizam os recursos do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, hoje tivemos dois pronunciamentos que envolvem a imagem do Legislativo baiano: o do deputado Getúlio Ubiratan e, por duas vezes, o do deputado Elmar Nascimento. Veja que nós passamos um período em que todos nós ficamos satisfeitos, quando se diminuiu a violência no Carnaval da Bahia. O que é ótimo para o turismo, sobretudo num momento de crise internacional como está havendo, e o turismo, anualmente, traz a geração de milhares e milhares de empregos indiretos para o nosso Estado. Mas a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa não está funcionando já há algum tempo.

Alguns episódios lamentáveis ocorreram nos últimos tempos. Houve o assassinato daquele velejador – graças a Deus, foram identificados os bandidos –, e agora a esposa de um ex-parlamentar desta Casa foi brutalmente assassinada. E ele já havia sido assassinado. Foi também mencionada pelo deputado Elmar a violência no estádio de Madre de Deus.

E a comissão não está em funcionamento. O que estamos esperando? A imprensa bater na Casa e em todos nós, deputados, dizendo que não estamos fiscalizando, que não estamos vendo o que as autoridades do Estado estão fazendo!

Então, gostaria, Sr. Presidente, de que V.Ex^a, vice-presidente desta Casa, acionasse os líderes desta Casa. O Líder da Maioria, Waldenor Pereira, obviamente, deve ter tido alguma atividade fora do Plenário, pois se ausentou hoje. Mas que ele sente com o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, ao qual já contatei. Ele me disse que está aguardando o Líder Waldenor para definir logo a instalação da comissões.

A imprensa bateu que ficamos em recesso na época do Carnaval, que ninguém trabalhou, que emendamos... É uma realidade. Mas acontecendo o que está acontecendo agora, a Bahia no noticiário nacional e internacional e nós aqui parados, não instalamos as comissões, sobretudo uma comissão tão importante como a de Segurança Pública.

Então, solicito a V.Ex^a que converse com o nosso querido presidente, deputado Marcelo Nilo, para que convoque as lideranças desta Casa e instale imediatamente as comissões técnicas, para que comecem a trabalhar, sobretudo a Comissão de Segurança Pública desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gaban, esta Presidência louva a preocupação de V.Ex^a. Tenha certeza que entrarei imediatamente em contato com o Líder da Maioria, deputado Waldenor Pereira, para que ele possa sentar com o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, e definir imediatamente a instalação das comissões.

O Sr. Professor Valdeci:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Professor Valdeci.

O Sr. Professor Valdeci:- Sr. Presidente, só para comunicar que o secretário da Segurança Pública acaba de me informar que se coloca à disposição para receber uma comissão de deputados amanhã, às 17 horas, juntamente com o deputado Getúlio Ubiratan. Ele está à disposição para recebê-los. Esta é a minha questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Louvo, deputado Professor Valdeci, sua colocação. É importante a disponibilidade, não poderia ser diferente a posição, do secretário da Segurança Pública num momento deste. Mas o mais importante é: se temos na Casa uma Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, quem tem representatividade para ir a essa audiência com o secretário são os membros dessa Comissão, que ainda não foi instalada.

Enfim, é um avanço. Acho que é oportuna a sua colocação, mas mais oportuno seria a Assembléia se movimentar, utilizar os instrumentos que tem, a representatividade dada por esta Casa aos membros da Comissão de Segurança Pública. Aí, sim, respaldados por uma comissão, ir ao encontro e ver o que o secretário tem a colocar, e também apresentar as alternativas, as sugestões que essa importante comissão desta Casa tem apresentado nos 2 últimos anos.

Infelizmente, nesse segundo período legislativo a comissão ainda não foi instalada.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, ainda no tempo do PR, o nobre deputado Gaban, por até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, como não houve tempo no Grande Expediente para eu apresentar aqui o parecer da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Bahia, com relação à inconstitucionalidade do projeto em tramitação nesta Casa, vou ler alguns trechos do pronunciamento da OAB - Bahia, em ofício assinado por seu presidente, Dr. Saul Quadros Filho, que encaminha o parecer relatado pelo Dr. Ricardo Maurício Freire Soares (lê) "*Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Estado da Bahia. Doutor em Direito Público e Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia. Professor dos Cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia. Professor e Coordenador do Núcleo de Estudos Fundamentais da Faculdade Baiana de Direito. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto dos Advogados da Bahia.*"

Pela consulta que foi feita, vou ler alguns trechos, porque cinco minutos não me permitem a leitura total do parecer:

(Lê):- “A Carta Magna de 1988 prescreve, em seu art. 37, caput, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência(...)”.

Ocorre que o referido projeto de reestruturação das carreiras integrantes do Fisco estadual, para conferir atribuição de competência privativa dos Auditores Fiscais para a carreiras de Agentes de Tributos Estaduais, compromete a totalidade dessa rede principiológica do art. 37 da Lei Maior.

Com efeito, fere-se o princípio constitucional da legalidade administrativa em sentido amplo, aqui entendido como juridicidade, visto que essa proposta normativa de reestruturação do Fisco estadual fere o plexo de normas jurídicas da Carta Magna de 1988, mormente aquelas decorrentes dos artigos 37,150 e 170, como se vislumbrará doravante.

Ofende-se ainda o princípio constitucional da impessoalidade(...) Viola-se também, o princípio constitucional da moralidade administrativa(...), favorecendo indevidamente, categoria de servidores, que se submeteram a concurso público de menor complexidade e de menor exigência de escolaridade inobstante sua reconhecida importância para o Fisco Estadual.

Resta também atingido o princípio constitucional da eficiência administrativa, que não será concretizada pela transformação dos cargos públicos do Fisco estadual, porquanto a capacitação técnica exigida para o desempenho das funções do Auditor Fiscal, aferida mediante rigoroso concurso de provas e títulos, potencializa uma atuação mais eficiente da administração Pública na Constituição do crédito tributário.

(...)ofende relevantes princípios implícitos do Direito Constitucional Administrativo, tais como o princípio do interesse coletivo, ao permitir o desempenho de atribuição por servidores não legitimados tecnicamente pelo concurso público de provas e títulos, além do princípio da razoabilidade.

Se não bastasse a violação de todos os referidos constitucionais do Direito Administrativo, a eventual proposta normativa do Estado da Bahia de estender as funções privativas dos Auditores Fiscais para os Agentes de Tributos fere regra constitucional expressa do art. 37, II, ao preceituar que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas(...)

De outro lado, a eventual atribuição das funções privativas aos 979 (novecentos e setenta e nove) Auditores Fiscais para os atuais 937 (novecentos e trinta e sete)Agentes de Tributos Estaduais cuidarem exclusivamente das micro e pequenas empresas, abre oportunidade para que sejam cometidas ofensas a outros princípios basilares do sistema constitucional tributário e da ordem econômica da Carta Magna de 1988.

Em face de tudo quanto foi exposto e com base nos fundamentos jurídicos acima descritos, considero flagrantemente inconstitucional uma eventual proposta

normativa do Estado da Bahia de estender as funções privativas dos Auditores Fiscais para os Agentes de Tributos do Fisco estadual, a fim de propiciar a esses últimos servidores a constituição do crédito tributário, mediante lavratura de auto de infração perante as micro e pequenas empresas.”

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de lembrar, mais uma vez, que o Ministério Público da Bahia também já se manifestou pela inconstitucionalidade desse projeto encaminhado pela Secretaria da Fazenda, e o Supremo Tribunal Federal, agindo e analisando uma DIM que foi apresentada com relação a um projeto do Ceará, também projeto idêntico a esse da Secretaria da Fazenda do Estado, considerou, através dessa DIM, inconstitucional o projeto apresentado.

Portanto, espero que esta Casa Legislativa, que tem a obrigação de cumprir o que determina a Constituição do Estado da Bahia, não venha a jogar fora o pronunciamento, o compromisso que tivemos quando assumimos este mandato. Então, é responsabilidade de todos nós e sobretudo da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, presidida pelo deputado Zé Neto, advogado que, mais que eu que sou engenheiro, tem a obrigação, como presidente desta importante Comissão, de vetar a tramitação de um projeto inconstitucional, segundo a OAB, o Ministério Público e segundo o Supremo Tribunal Federal do nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o Nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PT do B/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Arthur Maia:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Não há orador.

Concedo a palavra ao Nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da Rádio Oposição, assistimos a um pronunciamento que há muitos anos não vemos nesta Casa de um deputado da base aliada do governo, deputado atuante que representa parcela importante da população do Extremo Sul do Estado da Bahia, um deputado que teve 40 mil votos e que vem se mantendo numa linha coerente; ele não agride o governo, nobre presidente deputado Rogério Andrade.

Muitos deputados da base aliada vêm a esta tribuna e agredem o governador e secretários de estado; o deputado Getúlio Ubiratan, não, ele apela ao Exm^o Sr. Governador para que tome providências a respeito de determinada barbárie no

Extremo Sul da Bahia. E o nobre deputado Elmar Nascimento, com muita propriedade, colocava que a situação não é só do Extremo Sul da Bahia, é de toda a Bahia.

Desde o início deste mandato que a Bancada de Oposição tem colocado a gravidade da situação do aumento da criminalidade e da violência em nosso Estado. E o governo mudou o secretário, mudou o comandante da Polícia Militar, mudou o delegado, pintou os carros de azul, blindou o carro do governador e ficou nisso mesmo.

Não há um planejamento estratégico na área de Segurança Pública. Ontem assistíamos na *Globo News* a um painel, debate sobre a mensagem deste ano da Igreja Católica, da Campanha da Fraternidade, que trata exatamente da segurança pública, um padre, um sociólogo e um especialista mineiro em segurança pública.

E eu me perguntava, ao assistir ao debate, ontem à noite, ou sábado à noite, se não me falha a memória, quais eram as propostas, quais foram as estratégias desenvolvidas pelo governo do Estado da Bahia neste mandato. Por coincidência, como nesse final de semana não viajei, assisti também, num dos canais televisivos, ao filme *Tropa de Elite*, desempenhado com muita propriedade por um artista baiano, e eu me perguntava o que a Bahia está fazendo de planejamento estratégico para combater a criminalidade e a violência no nosso Estado.

Hoje, não pude assistir, mas no horário do almoço estavam falando sobre a diminuição da criminalidade e a violência em São Paulo e em outros estados. Mandeí a minha assessoria verificar no *site* da *Globo* para que eu tenha esses dados, que são exatamente, não tenho a menor dúvida, a criminalidade e a violência em nosso Estado, que devem estar bastante elevadas, porque no último dado que nós tínhamos houve um aumento de 60% neste trimestre, comparado com o trimestre do ano passado. E eu conversava...

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Deputado João Bacelar, darei um aparte a V.Ex^a.

(...) com um policial, que viajou comigo e perguntei a ele como é a estratégia na delegacia, como é que eles trabalham no sentido de investigar os crimes. Vocês se reúnem, vocês fazem o debate? Porque é muito semelhante à medicina, minha área, quando nós temos um caso complicado na medicina, nós fazemos o que chamamos de sessão anatomoclínica, quando nós discutimos com os colegas, nas suas diversas especialidades, utilizando todo o diagnóstico do laboratório para chegarmos ao diagnóstico do paciente, para diagnosticarmos o paciente. É assim também que se faz na área de investigação? E ele disse que não, que não se reúnem. O policial dá o plantão hoje, vai embora, tomou conhecimento do crime e não há uma continuidade. Como é que pode? Que polícia investigativa nós temos? Então, na verdade não há, e afirmo isto categoricamente, sem medo de errar: não há, na Bahia, nenhum planejamento estratégico na área da segurança pública.

Com um aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Parabéns, deputado Heraldo Rocha, pelo seu pronunciamento, e queria, para colaborar, dizer que diversos segmentos da imprensa

noticiam hoje que o governador pretende fazer uma grande reforma administrativa, uma superreforma administrativa face à crise nas áreas da educação, saúde, cultura e segurança pública.

Queria, estava disposto a parabenizar o governador, porque realmente tomaria uma medida, já que o Sr. Adeum Sauer tem trazido a crise para a educação na Bahia, já que o Dr. Jorge Solla desarrumou toda a estruturação da Secretaria da Saúde, o Sr. Márcio Meireles é famoso por ser o responsável pelo encerramento de grandes entidades culturais baianas e o secretário da Segurança Pública, realmente, tem tido uma atuação desastrosa.

Mas, não posso, deputado Heraldo Rocha, parabenizar o governador, porque vários outros segmentos da imprensa dizem que não é nada de super reforma administrativa, é apenas a politicagem mesquinha que o governador faz; o que ele quer é atingir o PMDB, é atingir as Secretarias de Infra-estrutura e a de Indústria e Comércio, inclusive oferecendo ao PR e ao PDT, segundo se diz hoje, uma dessas duas secretarias.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Obrigado, deputado.

Eu acabo de receber aqui da assessoria: (lê) *Falta de Delegados de Polícia no Interior. Mais de 120 delegacias que não têm delegado de Polícia.*

E o mais grave, 102 delegados concursados, já fizeram curso da *Cadepol*, já estão aptos a serem nomeados e o governo Jaques Wagner vai fazer pirotecnia e demagogia em Itaparica. Aquilo é demagogia, aquilo é pirotecnia, aquilo não é plano estratégico de combate ao aumento da criminalidade e da violência.

Está aqui: *Falta de Delegados na Polícia do Interior.* Sr^a Leda Maria Oliveira, favor publicar a minha mensagem no site da Liderança. Dr^a Leda, se a senhora estiver nos ouvindo será publicado no site da Liderança da Oposição, como também no site do deputado Heraldo Rocha: www.heraldorocha.com.br.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez temos que ser..., e peço a V.Ex^a, que assume a 2^a vice-presidência da Casa e agora, nesse ato, como presidente interino, temos que dar total apoio ao nosso colega, deputado Getúlio Ubiratan, que seja o emissário da nossa Bancada, da Bancada da Minoria junto ao Exm^o Sr. Presidente Marcelo Nilo, para que providências sejam tomadas o mais rápido possível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos. (Pausa)

Não há orador.

Não havendo matéria...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Faço uma consulta ao secretário se há matéria na

Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de pedir ajuda à assessoria. (Pausa). Na pauta que a mim foi entregue não existe nenhuma matéria na Ordem do Dia.

O Sr. Elmar Nascimento:- Quais são as matérias que estão na Ordem do Dia?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Eu fui informado pelo nosso querido amigo diretor que existem algumas matérias na Ordem do Dia, a exemplo da Controladoria...

O Sr. Elmar Nascimento:- Vamos votar, Presidente.

O Sr. Professor Valdeci:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Faz tempo que eu estou pedindo uma questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Professor Valdeci.

O Sr. Professor Valdeci:- Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a realizasse uma verificação de quórum, por favor.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, eu apenas quero informar que estão presentes aqui no Plenário agora os deputados Gildásio Penedo Filho, Getúlio Ubiratan, Maria Luiza Carneiro, João Carlos Bacelar, Arthur Maia, Paulo Azi, Misael Neto, deputado Professor Valdeci, deputada Marizete Pereira, deputada Antônia Pedrosa, deputado Rogério Andrade, que preside, deputada Neusa Cadore, além do deputado que pediu esta questão de ordem.

Queria que ficasse registrado que nesta sessão deliberativa de hoje consta a presença desses deputados, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Atendendo o pedido do representante do PT, solicito à Sr^a 2^a Secretária que proceda à verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Peço à assessoria que, por gentileza, zere o painel e comece a contar os 15 minutos. (Pausa)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, caiu a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Caiu a verificação de quórum devido à ausência do deputado requerente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Ordem do Dia.

Solicito ao nobre diretor que traga a esta Mesa as matérias que estão na Ordem do Dia, pela ordem, para que possamos adentrar a pauta.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, iniciando a Ordem do Dia, peço que V.Ex^a anuncie o início do processo de votação do projeto que cria a Controladoria Geral do Estado, para que possamos votá-lo.

O Sr. Professor Valdeci:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Professor Valdeci.

O Sr. Professor Valdeci:- Sr. Presidente, desde quando o deputado Heraldo Rocha terminou a sua fala – Sr. Presidente, por favor, estou falando com V.Ex^a –, pedi uma questão de ordem, os deputados presentes testemunharam isso. Portanto esse argumento não tem valor, pois eu já havia pedido, só que o senhor passou a palavra a outro parlamentar.

Então, mantenho o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a, Sr. Presidente, decidiu de forma correta quando o deputado João Carlos Bacelar arguiu. Infelizmente, deputado Valdeci, uma verificação de quórum cai automaticamente, deixa de existir, quando quem a formula sai do Plenário. V.Ex^a pediu uma questão de ordem e solicitou uma verificação de quórum, mas se ausentou do Plenário – mesmo que tenha sido por poucos minutos –, e assim a sua questão de ordem caiu automaticamente, deixou de existir. É um procedimento regimental.

O Sr. Professor Valdeci:- Mas o painel foi zerado e os 15 minutos começaram a ser contados.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Elmar, uma vez que o nobre deputado retornou ao Plenário, o tempo é restabelecido e continua sendo contado normalmente, de onde parou. Então, peço à assessoria que marque apenas mais 5 minutos, porque já haviam decorrido 10 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, quero apenas que V.Ex^a leve à apreciação da Mesa Diretora o fato - olhe que isso pode ser usado como obstrução – de questões de ordem para verificação de quórum serem solicitadas de 5 em 5 minutos. Foi pedida uma questão de ordem há 5 minutos, e foi retirada. Aí o deputado volta e pede que se restabeleça a questão de ordem? Se for criado esse precedente, ficará até bom para a Oposição obstruir sessão. Se isso for possível, quero que V.Ex^a leve o fato para a Mesa Diretora; e até uma nova forma de obstruirmos sessão a partir de agora.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Levarei o ocorrido à próxima reunião da Mesa para que possamos decidir, deputado Elmar. Solicitei à assessoria que marcasse os 5 minutos, mas já se passou no mínimo 1 minuto. Então, peço à assessoria que zere o cronômetro e conte o tempo de 4 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, o deputado solicitou a questão de ordem, V.Ex^a determinou que fosse aberto o tempo de 15 minutos regimentalmente previsto para a apresentação dos parlamentares no Plenário. Durante esse tempo, o deputado que solicitou a questão de ordem se ausentou. V.Ex^a, sabiamente, determinou a extinção da questão de ordem. A questão de ordem deixou de existir. Se o deputado retorna ao Plenário e faz uma nova questão de ordem sobre o mesmo assunto, cabe a V.Ex^a aceitar ou não. Se V.Ex^a aceitar o questionamento de uma nova questão de ordem, têm que ser contados novos 15 minutos, porque a questão de ordem anterior foi vencida, foi extinta. V.Ex^a determinou a extinção daquela questão de ordem. Se se solicita uma nova questão de ordem, V.Ex^a tem que abrir um novo prazo, Sr. Presidente!

(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Paulo Azi, gostaria de informar a V.Ex^a que foi estabelecido o tempo de 15 minutos. Estamos aguardando. Faltam 1 minuto e 4 segundos, segundo o cronômetro. No Regimento, não existe nenhum artigo que trate desse assunto, mas já aconteceu inúmeras vezes aqui na Casa, é a prática, a praxe da Casa, é que o tempo seja restabelecido.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Pela ordem, o nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, entendo que a prática nesta Casa, que V.Ex^a argue, sempre diz que quando o deputado se ausenta do plenário a questão de ordem deixa de existir. A questão de ordem deixou de existir. Se há uma nova solicitação de *quorum*, exige um novo tempo. Não estou entendendo qual é o julgamento que V.Ex^a está fazendo sobre uma coisa simples que não está envolvendo Governo ou Oposição.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Nobre deputado Paulo Azi, a presidência decide que vai solicitar que sejam contados mais 10 minutos para completar os 15 minutos que V.Ex^a está a solicitar.

Então peço à assessoria que zere o painel e marque mais 10 minutos para completar os 15 minutos requeridos pelo deputado Paulo Azi.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Há 55 deputados presentes. Então eu solicito a V.Ex^a que comece a Ordem do Dia. 55 deputados presentes.

(Pausa)

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Questão de ordem, o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, aproveitando este momento, eu vou ler, para constar nos anais da Casa.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Gostaria que o microfone do deputado Heraldo Rocha fosse ligado.

O Sr. Heraldo Rocha:- No *site* do conceituado jornalista Samuel Celestino: “*Leitor achou serviços do carnaval precários.*

Contrariando o discurso geral da prefeitura e do governo do estado, o leitor do Bahia Notícias considerou os serviços oferecidos no Carnaval 2009. precários. Esta foi a opção mais escolhida na última enquete, com 27,37%. E não houve jeito de haver satisfação total, pois pouco atrás vieram os leitores que acharam tudo apenas razoável, com 25% dos votos. Confira o resultado completo da enquete da semana abaixo.

O que você achou dos serviços públicos oferecidos neste carnaval?

17,88% - satisfatório

27,37% - precário

25,79% - razoável

14,08% - Muito bom

14,87% - Excelente.”

Portanto, quero registrar, nos Anais da Casa, esses dados, que hoje foram publicados no *site* do *Bahia Notícias*, do jornalista Samuel Celestino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, tomamos conhecimento por intermédio dos jornais – e até fui informado – de que o presidente Marcelo Nilo anunciou como grande medida, na reunião da Mesa Diretora, que irá cortar o ponto dos deputados ausentes às sessões deliberativas. Como estamos numa sessão deliberativa, em cuja Ordem do Dia consta a votação da CGE, tenho certeza de que o presidente da Casa vai começar a cortar o próprio ponto, cumprir o que está dizendo nos jornais, ou seja, que não é só propaganda de jornal que vai cortar o ponto dos deputados. E a primeira medida que ele deve tomar é cortar o seu próprio ponto, porque ele está ausente na hora da votação da sessão deliberativa da Casa, presidente.

Aqui, na Bahia, como é a terra dos absurdos, pode ser até que isso ocorra. A proposta foi feita pelo próprio presidente da Casa na reunião da Mesa Diretora. Entretanto, ele próprio, hoje, está ausente da primeira reunião deliberativa da Assembleia Legislativa da Bahia.

Hoje, faço questão de dizer que se encontram presentes os deputados Rogério Andrade, Heraldo Rocha, João Carlos Bacelar, Paulo Azi, João Bonfim, Edson Pimenta, Paulo Câmera, Sandro Régis, Paulo Câmera, Sandro Régis, Waldenor Pereira, Valdeci, Ivo de Assis, Misael Neto, Leur Lomanto Gildásio Penedo e as deputadas Neusa Cadore, Antônia Pedrosa, Maria Luiza Carneiro, Marizete, Virgínia Hagge.

É importante, Sr. Presidente, fazermos esse registro, que vai constar na ata, para que o presidente não cometa alguma injustiça de cortar o ponto de deputado que esteja presente aqui no Plenário, na hora. Nós temos 12 deputados presentes no Plenário na primeira sessão deliberativa. Após a tomada de decisão da presidência, os

jornais todos acompanharam. A imprensa está presente. O blog acompanhou. Foi anunciada para o blog esta medida de austeridade do presidente da Casa, que nós apoiamos, e é correta a decisão de cortar o ponto do deputado que faltar a qualquer sessão deliberativa.

Infelizmente, na primeira sessão deliberativa da Casa, só há 12 deputados presentes. Fiz questão de... A deputada Fátima Nunes não a tinha visto ainda. A deputada Fátima Nunes ainda está presente. Isso para que o presidente tenha a oportunidade de fazer cumprir, ao cortar, meu caro presidente Rogério Andrade, o seu próprio ponto, já que na primeira sessão deliberativa, o próprio presidente, que propôs o corte de ponto para os deputados, se encontra ausente.

Eu tenho certeza de que com essas medidas de austeridade na Casa, esta Casa vai começar a fervilhar e não vai terminar mais como terminavam os discursos dos Srs. Deputados dos tempos das Representações Partidárias. Mas, toda a ordem do dia terá. Hoje, inclusive, foi anunciado que se votariam uns 30 projetos por semana. Há 34 projetos aptos para serem votados e não são só projetos do governo, mas sim, projetos de deputados. Então, é importante a presença dos Srs. Deputados.

Portanto, apoiamos a medida do Sr. Presidente. E eu tenho certeza de que o primeiro ponto que ele vai cortar é o dele.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Elmar, antes de conceder a questão de ordem ao deputado Paulo Câmara e antes de encerrar a sessão – haja vista o fato de só se encontram treze deputados presentes –, eu gostaria de dizer ao deputado Elmar Nascimento que o presidente da Assembléia não tem, no nosso entendimento, poder de cortar o ponto de deputado. Esta é uma ideia do deputado Marcelo Nilo que está sendo discutida na Mesa Diretora. E esta sim, - a Mesa Diretora, - tomando a decisão de a partir de agora cortar o ponto dos ausentes a votação, assim será procedido. Então, o deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia, não tem o poder de cortar o ponto de deputado.

Havendo apenas 13 deputados presentes, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*